



1 ATA DA REUNIÃO Nº 045 (nº06/2015) DO  
2 CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO -  
3 CAU/PR, REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2015, NA  
4 SALA VILANOVA ARTIGAS DA SEDE DO CAU/PR, NA  
5 CIDADE DE CURITIBA-PR.  
6

7 Aos vinte e dois dias do mês de Junho do ano de dois mil e quinze, às quatorze horas e  
8 quarenta e cinco minutos, na Sala Vilanova Artigas da Sede do CAU/PR, sito a Avenida Nossa  
9 Senhora da Luz, nº 2.530, Alto da XV, na cidade de Curitiba-PR, realiza-se a Sessão Ordinária  
10 nº 045/2015 (06/2015), do Plenário do CAU/PR, presidida pelo Arquiteto e Urbanista  
11 JEFERSON DANTAS NAVOLAR - Presidente do Conselho, tendo como Secretária eu, Arquiteta  
12 e Urbanista, Mônica de Lacerda Gomara e Paulo Roberto Sigwalt (Ad Hoc) - Assistente de  
13 Plenária do Conselho. A Sessão contou com a participação dos seguintes Conselheiros  
14 Titulares, Arquitetos (as) e Urbanistas **ANDRÉ LUIZ SELL, ANÍBAL VERRI JUNIOR, BRUNO**  
15 **SOARES MARTINS, CARLOS HARDT, GIOVANNI GUILLERMO MEDEIROS, IDEVALL DOS**  
16 **SANTOS FILHO, IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE, LEANDRO TEIXEIRA COSTA, LUIZ EDUARDO**  
17 **BINI GOMES DA SILVA, MARGARETH ZIOLLA MENEZES, NESTOR DALMINA, ORLANDO**  
18 **BUSARELLO, RAFAEL GIMENEZ GONÇALVES e RONALDO DUSCHENES.**.....

19 Participaram, ainda, da presente Sessão, os Conselheiros Suplentes, Arquitetos e Urbanistas  
20 **CARLOS DOMINGOS NIGRO, MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES** e o Conselheiro  
21 Federal Suplente **JOÃO VIRMOND SUPLICY NETO.**.....

22 Ficam justificadas, de acordo com o 20º Artigo da Seção I, do Capítulo III, do Regimento  
23 Interno do CAU/PR, a ausência dos Conselheiros Arquitetos (as) e Urbanistas **ANTONIO**  
24 **CARLOS ZANI, CRISTIANE BICALHO DE LACERDA, VANDERSON DE SOUZA AZEVEDO.**.....

25 Presentes, também, nesta Sessão, os Assistentes contratados, a saber: o Assessor de  
26 Comunicação, Antonio Carlos Domingues da Silva; o Analista Geral, Paulo Roberto Sigwalt; a  
27 Assessora Jurídica, Cláudia Cristiana Taborda Dudeque; o Coordenador Jurídico, Augusto  
28 Vianna Ramos; a Coordenadora Financeira, Rafaele Renata Waszak (durante a Comissão de  
29 Planejamento e Finanças), o Analista de TI, Tiago Leinig e eu, Assistente de Plenária, Mônica  
30 de Lacerda Gomara. ....

31 **I REUNIÃO DAS COMISSÕES:** As Comissões reuniram-se durante o período da manhã, das  
32 oito às doze horas, com intervalo de quinze minutos para *coffee-break*. ....

33 **II QUÓRUM:** Verificado o número legal de Conselheiros presentes, de acordo com o 62º  
34 Artigo do Regimento Interno do CAU/PR, o Sr. Presidente declarou aberta a presente Sessão,  
35 segundo Pauta apresentada. ....

36 **III HINO NACIONAL:** Após o Hino Nacional, o Conselheiro Titular RONALDO DUSCHENES  
37 manifesta-se sobre o mesmo, destacando que, no seu pensar, a sua execução deve acontecer  
38 apenas na primeira e última sessão do ano. E justifica: "A minha sensação é que a gente  
39 desvaloriza. Lógico, que é uma opinião pessoal, precisaria ouvir os colegas, e provavelmente  
40 é algo Nacional, mas é como eu penso. Eu gosto muito do Hino Nacional, me arrepia de  
41 verdade, mas quando ele tem sentido. A nossa reunião ordinária de uma plenária não tem  
42 essa necessária solenidade para que a gente cante toda vez. Obrigado". Ao que o Presidente  
43 JEFERSON DANTAS NAVOLAR coloca que não há obrigatoriedade legal de execução do Hino  
44 Nacional, e que este debate já esteve em pauta nas primeiras Plenárias do primeiro  
45 mandato. Na ocasião, explica, foi feita uma votação onde a maioria optou por seu  
46 cumprimento. Com a palavra aberta, o Conselheiro Titular IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE,



47 coloca-se a favor da execução do Hino Nacional em todas as Plenárias, pois, do seu ponto de  
48 vista: “Cada vez que se canta o Hino tem a devida solenidade, porque, na verdade, deixamos  
49 de ser Arquitetos e passamos a ser representantes de uma Autarquia. Então, neste ritual, a  
50 música acaba sendo um momento de passagem da qual nós voltamos do almoço, ou seja, lá  
51 de onde estivermos. Eu chego aqui como Irã Dudeque e, agora, momentaneamente, eu me  
52 transformo em um representante dessa Autarquia. Portanto, o Hino tem um sentido  
53 ritualístico e voto por mantê-lo”. Ao que o Conselheiro Titular RONALDO DUSCHENES  
54 redargui que, como Vice-Presidente da Federação das Indústrias, por muito tempo, em  
55 algumas solenidades especiais se cantava o Hino Nacional - por exemplo, ao conferir uma  
56 comenda, como mérito industrial - ou qualquer outra situação extraordinária. O Conselheiro  
57 Titular IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE destaca que a Federação das Indústrias é uma entidade  
58 privada, e que esta é uma Autarquia Federal e, mesmo não sendo obrigatória a execução do  
59 Hino Nacional, há uma diferença entre as entidades. O Conselheiro Titular CARLOS HARDT  
60 destaca que esta é uma questão protocolar, ao qual todos os Conselheiros podem refletir,  
61 sugerindo que esta decisão fique para a próxima Reunião Plenária. O Presidente JEFERSON  
62 DANTAS NAVOLAR encaminha a proposição de votação de execução do Hino Nacional em  
63 todas as Plenárias, nesta ou na próxima Reunião. Ao que o Plenário acorda em deixar esta  
64 votação para a Reunião do dia 27 (vinte e sete) de Julho.....

65 **IV ATA DA SESSÃO ANTERIOR:** Colocada em votação, foi aprovada a Ata correspondente a  
66 Sessão Ordinária nº 044 (05/2015) de 26/05/2015, com abstenção de voto dos Conselheiros  
67 Titulares ORLANDO BUSARELLO, RAFAEL GIMENEZ GONÇALVES e RONALDO DUSCHENES; e as  
68 devidas observações dos Conselheiros Titulares GIOVANNI GUILLERMO DE MEDEIROS e  
69 IDEVALL DOS SANTOS SILVA.....

70 **V PAUTA:** Colocada em votação, foi aprovada por unanimidade a Pauta da Reunião Ordinária  
71 nº 045, sexta Reunião Ordinária de 2015 do CAU-PR, com Extrapauta.....

72 **VI APRESENTAÇÃO DAS CORRESPONDÊNCIAS:** .....

73 **1 Correspondências recebidas / Ofícios:** apresentada a lista de correspondências recebidas,  
74 02 (duas) foram enviadas pelo CAU/BR; 08 (oito) são oriundas de remetentes diversos,  
75 destinados à Presidência do CAU/PR; 04 (quatro) destinam-se ao setor de Fiscalização; não  
76 há (zero) correspondência recebida pela Assessoria de Comunicação; (01) uma remete-se ao  
77 setor Financeiro; e o setor Jurídico não apresentou listagem.....

78 **2 Correspondências expedidas / Ofícios:** apresentada a lista de correspondências expedidas,  
79 não há (zero) ofício enviado ao CAU/BR; 03 (três) são oriundas da Presidência a remetentes  
80 diversos; 09 (nove) foram remetidas pelo setor de Fiscalização; 71 (setenta e uma) foram  
81 expedidas pela Assessoria Jurídica; 01 (uma) foi despachada pela Assessoria de Comunicação;  
82 e não há (zero) correspondência expedida pelo setor Financeiro.....

83 **VII DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS:**.....

84 Os processos foram distribuídos para relatoria na Reunião das Comissões, realizada no  
85 período da manhã, entre oito e doze horas.....

86 **VIII ORDEM DO DIA:** .....

87 **1 Palavra do Presidente:** III Seminário Legislativo de Arquitetura e Urbanismo;  
88 Apresentação dos Novos Funcionários Concursados do CAU/PR; Casa Cor - *Stand*, Matéria  
89 Revistas (Casa Cor e Haus), Agenda/Caderno CAU/PR com legislação e Código de Ética,  
90 Edital Patrocínio; Resolução nº 51 - Mobilização Paraná (Estatística, Anúncio, Declaração  
91 UIA).....

92 Antes de dar início ao relato da pauta, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR solicita a



93 permissão dos Conselheiros para telefonar ao Conselheiro Suplente ANTONIO CARLOS ZANI  
94 que está se submetendo a tratamento médico. O Plenário concorda e, enquanto a ligação se  
95 completa, o Presidente destaca a convocação recebida para o III Seminário Legislativo de  
96 Arquitetura e Urbanismo organizado pelo CAU/BR, que deve realizar-se nos dias 9 (nove) e  
97 10 (dez) de julho do corrente ano, dentro do Congresso Nacional. Comenta, sobre a Pauta do  
98 Seminário (ANEXO I), e convida o Conselheiro Titular NESTOR DALMINA para representar o  
99 Paraná, enquanto Assessor Parlamentar e outro Conselheiro que se disponha a participar,  
100 devido a importância do evento, por se tratar de um ato oficial do Conselho junto aos  
101 Congressistas. Ao que o Conselheiro Titular NESTOR DALMINA agradece, e pede para dar um  
102 posicionamento amanhã, em virtude de verificação de agenda. O Conselheiro Suplente  
103 MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES manifesta seu interesse de participação,  
104 especialmente por tratar-se de assuntos do Legislativo, uma de suas áreas de atuação, visto  
105 trabalhar como Assessor do Vereador Jonny Stica. O Presidente JEFERSON DANTAS  
106 NAVOLAR estende, ainda, o convite, aos Conselheiros Federais MANOEL DE OLIVEIRA FILHO e  
107 JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO. O Conselheiro Titular LUIZ EDUARDO BINI GOMES DA SILVA  
108 também se coloca à disposição para tomar parte do Seminário, devido a sua participação em  
109 eventos correlatos, pertinentes ao Conselho. Ao que o Conselheiro Titular IRÃ JOSÉ TABORDA  
110 DUDEQUE destaca a importância desta participação. O Presidente JEFERSON DANTAS  
111 NAVOLAR solicita, por um instante, a atenção dos Conselheiros para conversar com o  
112 Conselheiro Suplente ANTONIO CARLOS ZANI, ao telefone e em viva voz, indagando sobre a  
113 sua saúde e desejando, em nome de todos, pronto restabelecimento. Colocada em votação,  
114 é aprovada a participação dos Conselheiros NESTOR DALMINA, MILTON CARLOS ZANELATTO  
115 GONÇALVES e LUIZ EDUARDO BINI GOMES DA SILVA, bem como dos Conselheiros Federais  
116 MANOEL DE OLIVEIRA FILHO e JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO, para o III Seminário  
117 Legislativo de Arquitetura e Urbanismo. A seguir, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR  
118 apresenta os novos funcionários concursados: Arquiteta e Urbanista Maria Benedita Honda,  
119 para o setor de Fiscalização; Pierre Alberto Beneville, para o cargo de Contador; e Jaqueline  
120 Majewski, Analista Geral, para o setor de Atendimento. Quanto a campanha desenvolvida  
121 pelo CAU Nacional sobre Resolução nº51, o Presidente lembra da sua oposição ao conteúdo  
122 do texto, que tratava não só da profissão do Arquiteto e Urbanista, mas também das  
123 Engenharias. Como ele, muitos outros Presidentes de CAU/UF manifestaram-se contrários ao  
124 tipo de abordagem colocada pelo CAU/BR, à campanha publicitária e, mesmo assim, informa  
125 que na semana passada os CAU/UF receberam o texto, com minuta de “notificação” à todas  
126 as Prefeituras do Estado. Assim sendo, explica que foi solicitado à Assessoria do CAU/PR uma  
127 pesquisa junto aos demais CAU/UF, sobre a divulgação deste material, da qual destaca a  
128 estatística (ANEXO II) em que 15 (quinze) estados não publicaram a redação, contra 12 (doze)  
129 que acataram a orientação Nacional. Neste sentido, o Presidente coloca que a decisão de  
130 participar desta campanha não deve ser uma decisão exclusiva da Presidência, mas do  
131 Plenário. Contudo, antes de colocar a matéria em votação, pondera que, se o CAU apresenta  
132 um documento às Prefeituras em que aponta o Arquiteto e Urbanista como único  
133 profissional habilitado a assinar “projeto de arquitetura”, como cita o texto, e a Prefeitura  
134 não atender a esta notificação, não há como o Conselho dar prosseguimento a qualquer  
135 outro tipo de argumentação. Especialmente se considerado que o CAU precisa de ações que  
136 o aproximem da sociedade. Neste aspecto, inclusive, ressalta a participação do CAU/PR na  
137 Casa Cor 2015, cujo relato será feito pela Conselheira Titular MARGARETH ZIOLLA MENEZES.  
138 O *stand* do CAU/PR no espaço conta com 120m<sup>2</sup> (cento e vinte metros quadrados), e, pela



139 primeira vez, o evento conta com uma atividade efetivamente cultural. A exposição do  
140 centenário de Vilanova Artigas é contígua ao do Conselho, o que, para o Presidente, revela a  
141 importância da História da Arquitetura neste tipo de evento. Informa sobre uma matéria de  
142 divulgação do espaço do CAU/PR na Revista Casa Cor (ANEXO III), bem como na Revista Haus  
143 (ANEXO IV) da Gazeta do Povo. O trabalho de publicação das atividades profissionais do  
144 Arquiteto e Urbanista e do Conselho Estadual, segundo o Presidente, ainda conta com o  
145 questionário/pesquisa sobre vários temas relativos à prática da arquitetura, tendo sido  
146 elaborado em parceria com o Jornalista José Fernando da Silva, colaborador da Presidência  
147 para as Câmaras Técnicas, a ser encaminhado a todas as prefeituras do Estado; com  
148 materiais de divulgação (*folder*) a ser distribuído durante o período da Casa Cor 2015 - que  
149 deve ser disponibilizado a todos os escritórios técnicos, explicando o que é Arquitetura; e a  
150 divulgação da Agenda/Caderno, que inclui a Lei nº 12.378 e o Código de Ética do profissional  
151 de área. Menciona, além destes, o edital de patrocínio às atividades relacionadas a  
152 Arquitetura e Urbanismo e Assistência Técnica, a ser lançado. Assim sendo, explica o  
153 Presidente, há uma série de ações que o Conselho tem feito no sentido de valorizar a  
154 Arquitetura e o Urbanismo, de uma maneira não declaratória, como está sendo proposto  
155 pelo texto que veio do CAU/BR. Com a palavra aberta, o Conselheiro Titular IRÃ JOSÉ  
156 TABORDA DUDEQUE refere-se ao quadro estatístico apresentado, fazendo uma comparação  
157 entre o número de Estados que acataram a decisão do CAU Nacional e os profissionais  
158 incluídos pela declaração. Destaca a não participação do Distrito Federal na campanha, o que  
159 mostra, do seu ponto de vista, que o Paraná não toma esta decisão com exclusividade e sem  
160 amparo. Segundo ele, a estatística mostra que esta é uma atitude conjunta de vários estados  
161 significativos e, neste sentido, a sua opinião é de que se deve notificar as prefeituras, mas  
162 não nos termos colocados. Valorizar o Arquiteto e Urbanista, porém, não desvalorizar o  
163 outro profissional. Neste contexto, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR acresce que o  
164 questionário das Câmaras Técnicas a ser encaminhado às prefeituras deverá ser  
165 acompanhado de um ofício, com enfoque na atuação do Conselho dentro do setor de  
166 Fiscalização. O Conselheiro Titular RONALDO DUSCHENES propõe que os municípios com  
167 determinado número mínimo de habitantes sejam contemplados com uma “visita política”  
168 do CAU/PR, para entrega do documento e sua explanação, de modo que fique claro que a  
169 prática habitual entre as prefeituras e profissionais de área é nociva à população e não tem  
170 respaldo de Lei. Ao que o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR lembra que esta ação  
171 pessoal solicitada pelo Conselheiro já está sendo colocada em prática via os Agentes das  
172 Câmaras Técnicas, em que uma centena de profissionais votados trabalham nas diversas  
173 regionais do Estado na valorização da Arquitetura. Neste sentido, o Conselheiro Titular LUIZ  
174 EDUARDO BINI GOMES DA SILVA relata sobre o Primeiro Encontro Nacional da Comissão de  
175 Exercício Profissional, em que a pauta da Resolução nº 51 deixou clara a diferença de  
176 posicionamentos entre os Estados e profissionais representantes. Pontua, como exemplo, o  
177 Estado do Acre, onde o CAU tomou a iniciativa de notificar os Engenheiros Civis que  
178 desenvolvem “projeto arquitetônico”; já o Estado de São Paulo, defende a Resolução como  
179 “impecável”; enquanto o Estado da Bahia apresentou como solicitação que seja cancelada a  
180 Resolução nº 51 e que que seja feito um novo texto, com a efetiva participação da classe dos  
181 arquitetos. Do exposto, o Conselheiro nota que não há essa “visão” das diferenças por parte  
182 do CAU/BR, pois, segundo ele, na abertura da reunião, as palavras do Presidente do CAU/BR,  
183 Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz, foi que “o CAU deve ser entendido como uma esfera sem  
184 pontas, sem arestas, de forma que todo mundo pense da mesma maneira e conduza a classe



185 *da mesma maneira*". Porém, quando na Reunião das Comissões, o que se apresentou para o  
186 Conselheiro foi um quadro totalmente contrário ao apresentado pelo Presidente Nacional. O  
187 Conselheiro Titular ANÍBAL VERRI JUNIOR observa que, quanto às atribuições profissionais  
188 inclusas na Resolução nº 51, o Conselho deve investir na questão do "planejamento urbano",  
189 especialmente no "desenho urbano". Isto posto porque, nas cidades do interior, os  
190 loteamentos estão sendo desenvolvidos por Engenheiros, o que, do seu ponto de vista, é  
191 muito mais "fácil de ser fiscalizado do que discutir o *projeto de edificação*. A sociedade teria  
192 um ganho maior a partir do momento que tivesse Arquitetos e Urbanistas desenhando a sua  
193 cidade, ao invés de discutir se *projeto arquitetônico A ou B* cabe só a Arquiteto e não a  
194 Engenheiro". Coloca, por exemplo, o município de Sarandi, próximo a Maringá, onde o  
195 desenho da expansão da cidade está sendo realizado por um loteador Engenheiro que  
196 anteriormente desenvolvia projetos de casas. E, neste sentido, segundo o Conselheiro, a  
197 atribuição do Arquiteto e Urbanista deve ser exposta às Prefeituras, o que torna mais fácil o  
198 trabalho de conscientização dos governantes, do que simplesmente tratar do "projeto de  
199 arquitetura". Sob este aspecto, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR coloca que, do  
200 ponto de vista judicial, a liminar que havia suspenso a validade da Resolução nº 51 foi  
201 revogada. Assim sendo, destaca que o que é importante agora é que a sociedade  
202 compreenda as atribuições do Arquiteto e Urbanista, sem denegrir a imagem de outros  
203 profissionais. E esta é, a seu ver, uma questão de médio a longo prazo. O Conselheiro Titular  
204 CARLOS HARDT manifesta o cuidado que o CAU deve tomar em relação a determinados  
205 posicionamentos, se considerar que a sociedade é regida por legislações, as quais o Conselho  
206 deve submeter-se. Para ele, até mesmo a criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo só  
207 foi possível pelo fato da legislação assim o prever. Assim sendo, nas questões relativas às  
208 atribuições profissionais, o embate com outras profissões deve ser cauteloso, pois há uma  
209 interdependência. E explica: "No momento em que a sociedade ainda não sabe efetivamente  
210 qual é a atribuição de um profissional, a atribuição, quando se fala, torna-se uma questão  
211 legal, e não uma capacitação. Então, a atribuição do Arquiteto, o que o ele tem de diferencial  
212 em relação a outras profissões, é o que a legislação nos diz". E, sob este ponto de vista, ele  
213 destaca a importância da Resolução nº 51 que, quando emitida, tinha um objetivo  
214 estratégico claro, para que as atribuições profissionais dos Arquitetos Urbanistas não fossem  
215 questionadas. Portanto, como tal, ela é importante dentro do processo de consolidação legal  
216 da profissão. Quanto à questão do consenso apontada pelo Conselheiro Titular LUIZ  
217 EDUARDO BINI GOMES DA SILVA, o Conselheiro Titular CARLOS HARDT observa que, ao se  
218 procurar um consenso entre os profissionais atuantes no CAU, há um erro estratégico  
219 gravíssimo. Primeiro, porque, do seu ponto de vista, não existe consenso entre um grupo  
220 pequeno de Arquitetos, quanto mais de um grande grupo. Segundo, que é bom que não haja  
221 consenso, pois, onde o mesmo se instala, não há progresso. O que deve haver, segundo ele, é  
222 uma estratégia de atuação em determinado sentido, com o objetivo comum de efetivamente  
223 consolidar a profissão do Arquiteto e Urbanista. Para tal, ele destaca a importância de uma  
224 conscientização social e em meio aos órgãos públicos ligados à área de atuação - porém, não  
225 por meio de notificação jurídica, e sim informativa. Outrossim, concorda que novas ações  
226 devem ser implementadas pelo Conselho e manifesta seu desacordo com o tipo de  
227 campanha proposta pelo CAU Nacional, que, a seu ver, é "agressiva". Como exemplo de  
228 estratégias publicitárias cita o *slogan* "Aqui tem Arquiteto" que, a seu ver, deve contemplar a  
229 palavra "Urbanista", pela denominação oficial e reafirmação das atribuições dos profissionais  
230 de área. Sobre a proposta do Conselheiro Titular RONALDO DUSCHENES para uma



231 aproximação maior do CAU/PR com os órgãos municipais de interesse do CAU, o Conselheiro  
232 Titular CARLOS HARDT lembra da possibilidade de se trabalhar junto às Associações de  
233 Municípios - entidades reconhecidas politicamente por todas as Prefeituras - que podem  
234 auxiliar os trabalhos do Conselho. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR concorda com  
235 esta posição, lembrando da colaboração da ACAMPAR - Associação das Câmaras, Vereadores  
236 e Gestores Públicos do Paraná - com a qual o CAU Estadual tem assinado um Termo de  
237 Cooperação com a perspectiva de construir novos planos e projetos de Lei de interesse da  
238 categoria, para distribuição junto às 16 (dezesesseis) Associações Regionais de Municípios. O  
239 Conselheiro Suplente CARLOS DOMINGOS NIGRO manifesta-se dizendo acreditar numa  
240 aproximação política maior entre o Conselho e o Governo do Estado - Secretaria de Educação  
241 e Cultura - para a compreensão infantil e juvenil da profissão do Arquiteto e Urbanista. O  
242 Presidente JEFERSON DANATAS NAVOLAR comunica o recebimento de um material de  
243 divulgação de campanha da FNA - Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas -  
244 publicado com apoio do CAU/RS, onde se diz "Construa certo, contrate um Arquiteto". Em  
245 formato de adesivo e cartilha simples, resumida, apresenta o objetivo em se contratar este  
246 profissional de área. Informa que o CAU/PR deve reproduzir tal material, para sua introdução  
247 em todos os segmentos da sociedade. O Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO reitera a  
248 manifestação do Conselheiro Titular CARLOS HARDT para que as Associações de Município  
249 sejam convocadas a participar destas ações do Conselho, pois, na oportunidade da  
250 regionalização do CAU/PR, a proposta inicial fundamentava-se nestas entidades municipais.  
251 Sobre tal, o Conselheiro Titular IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE relembra as palavras do  
252 Arquiteto e Urbanista Miguel Pereira: "*O CAU não é a solução dos problemas, o CAU é o início*  
253 *da solução dos problemas*". Isto posto, explica, porque este Arquiteto acreditava que em 10  
254 (dez) ou 12 (doze) anos haveria então uma mudança adequada dentro do Conselho. Neste  
255 contexto, o Conselheiro coloca que, no seu pensar, o que garante que pessoas não ligadas à  
256 Arquitetura executem "projeto arquitetônico" não deve acontecer repentinamente, e  
257 considera o texto publicitário sobre a Resolução nº 51, apresentado pelo CAU Brasil, como  
258 "meio agressivo, meio enfático; uma tentativa mágica de resolver tudo de uma hora para a  
259 outra". O Conselheiro Federal Titular JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO concorda com a  
260 colocação do Conselheiro Suplente CARLOS DOMINGOS NIGRO, por sua posição quanto a  
261 uma ação educativa, exemplificando outras similares na Europa, e pontuando sobre uma  
262 conversa anterior com o cartunista Zivaldo, para o desenvolvimento de uma cartilha voltada  
263 ao ensino fundamental, conceituando a Arquitetura e Urbanismo. Ressalta que os 32 (trinta e  
264 dois) países ligados a *Federación Panamericana de Asociaciones de Arquitectos* – FPA –  
265 atualmente sob a sua Presidência, voltam-se a campanhas contínuas em prol da valorização  
266 da profissão do Arquiteto e Urbanista, e é como deve ser. A partir das manifestações sobre a  
267 publicação concernente à Resolução nº51 pelo CAU/BR e a orientação Nacional de  
268 encaminhamento de "notificação" às prefeituras do Estado, o Presidente JEFERSON DANTAS  
269 NAVOLAR coloca em votação o seu envio, ou não. Por unanimidade, os Conselheiros votam  
270 por dar continuidade às ações do CAU/PR, neste sentido, rejeitando o envio de ofício  
271 Nacional às prefeituras municipais. Após votação, o Conselheiro Titular CARLOS HARDT  
272 observa que o Conselho Estadual deve encaminhar esta informação sobre a Resolução nº51  
273 às cidades paranaenses, porém, não em forma de notificação, e sim um texto  
274 explicativo/informativo. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR concorda que o texto  
275 deve ser denso, contudo, sem a necessidade de ser comparativo às demais profissões.  
276 Encerra-se a palavra do Presidente.....



277 **2 Relato das Comissões**.....

278 **2.1 Relato da Comissão Temporária da Sede**.....

279 O Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO, inicia o seu relato, reapresentando os estudos

280 de viabilidade dos terrenos de interesse para a Comissão Temporária para a compra da Sede

281 para o Conselho, hoje representados pela atual Sede, a qual encontra-se locada no

282 momento, e o imóvel “Axelrud”. No dia 07 de maio de 2015 (ANEXO V), foi retomada as

283 negociações com o terreno da Rua Itupava, que está a cargo da Cibraco Imóveis. Em abril de

284 2014 houve a formalização da proposta de compra desse imóvel no valor de R\$ 4.000.000,00

285 (quatro milhões de reais). No dia 30 de abril de 2014 em resposta a esse ofício pelo CAU/PR o

286 proprietário apresentou a contraproposta de R\$ 4.750.000,00 (quatro milhões, setecentos e

287 cinquenta mil reais). Porém, em 12 desse ano, por decisão plenária do Conselho, houve a

288 realização de outra avaliação do imóvel. No início do corrente ano foi aprovada a contratação

289 da Câmara de Valores Imobiliários que formalizou um laudo, resumo (ANEXO VI e VII) no

290 valor de R\$ 4.436.000,00 (quatro milhões, quatrocentos e trinta e seis mil reais). Tendo em

291 vista esse laudo, a Comissão de Planejamento e Finanças deste Conselho, em Maringá,

292 autorizou emissão de nova proposta para aquisição do imóvel no valor do imóvel de R\$

293 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) em espécie, fato que ocorreu em 2014.

294 Após a eleição, houve a substituição de alguns conselheiros empossados, que passaram a

295 integrar a Comissão Temporária da Sede. Esses solicitaram uma nova manifestação dos

296 proprietários sobre a venda dos imóveis que eram de interesse. Em 24 de maio de 2015

297 (ANEXO VIII) o vendedor *da* Cibraco Imóveis, do terreno da Unidade Interesse de

298 Preservação, “Casa Axelrud”, reitera o interesse da venda do imóvel e aceita o valor de R\$

299 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), a serem pagos em 02 (duas) parcelas

300 iguais, com ressalva que os atuais proprietários devem permanecer com 70% (setenta por

301 cento) do potencial construtivo existente no imóvel. Assim, caberia ao Conselho utilizar

302 apenas 30% (trinta por cento) do potencial para ampliação da edificação. Já os proprietários

303 da atual Sede, cujo senhor Mario De Mari, que possui o usufruto da mesma, enviaram

304 proposta, em resposta ao comunicado do CAU/PR, que estipula o total de R\$ 10.000.000,00

305 (dez milhões de reais) como valor aceito para a venda do imóvel - valor este destinado aos

306 herdeiros - como existe cláusula de usufruto, teria ainda que se verificar qual seria o valor do

307 usufruto. A Comissão, então, reunida no dia 17 de junho do corrente ano, decidiu não mais

308 negociar com o proponente da atual sede do Conselho, devido ao alto valor proposto pelos

309 proprietários, muito acima daquele indicado pela CVI - que estipulou algo em torno de R\$

310 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil reais). Optou-se, portanto, continuar

311 negociando com o imóvel Axelrud, da Rua Itupava. Em 17 de junho, ao analisar a carta

312 resposta/proposta do proprietário da casa Axelrud, e por decisão da reunião extraordinária

313 da Comissão Sede, foi redigido o ofício número 0398/2015 (ANEXO IX), estabelecendo o valor

314 de venda em R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) e a permanência de 75,5% (setenta e

315 cinco inteiros e cinco décimos por cento) do potencial construtivo no lote, correspondendo a

316 aproximadamente 2.000m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados) de área construída total, o que

317 viabilizaria um anexo com até 06 (seis) pavimentos, com área equivalente à metragem

318 prevista. Não satisfeito com as condições oferecidas em 18 de junho (ANEXO X), a I.M.AXEL

319 Participações e Empreendimentos S/A apresentou as seguintes condições: valor de R\$

320 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) e a permanência de 40% (quarenta por

321 cento) do potencial construtivo para a construção do lote. Manteve o valor da primeira

322 proposta de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) e aumentou em 10%



323 (dez por cento) o potencial construtivo do lote. Com a palavra, o Conselheiro Suplente  
324 MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES, faz referência ao estudo de viabilidade e acredita  
325 não ser necessário o potencial construtivo total, também coloca que, e em caso de  
326 necessidade, o mercado imobiliário pode fornecer o potencial construtivo faltante. Hoje, o  
327 valor do potencial construtivo está em baixa, uma vez que com a construção do estádio da  
328 Arena liberou para o mercado uma grande quantidade de metros quadrados à disposição dos  
329 construtores. A proposta para a casa é de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil  
330 reais) e o proprietário deve ficar com 60% (sessenta por cento) do potencial construtivo. Se  
331 adquirida e negociado o potencial construtivo, poderá no futuro determinar trabalho de  
332 recompra desse potencial para alterar a parte construtiva. O Coordenador da Comissão para  
333 compra da Sede, Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO, coloca que a Comissão optou em  
334 manter o valor de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), que condiz com o  
335 que foi avaliado pela Comissão de Valores Imobiliários. Então, nesse aspecto, julga que essa  
336 diferença entre o valor avaliado e o pedido está dentro de um padrão normal de preço de  
337 mercado, diferente do que foi apresentado pelo detentor do usufruto onde está instalado o  
338 Conselho - talvez o valor sentimental tenha extrapolado - cujo valor solicitado para  
339 negociação ficou 100% (cem por cento) acima do que aquele apresentado pelo relatório CVI.  
340 Desta forma, houve decisão de descartar a negociação com os proprietários da Casa Mário  
341 de Mari. Conta o CAU/PR com um prazo aproximado de 02 (dois) anos de contrato de  
342 locação com a atual Sede, que pode ser renovado. Portanto, seja qual for a deliberação, não  
343 haverá comprometimento do funcionamento, pois o montante financeiro já se encontra  
344 disponível em conta, que é exclusiva para aquisição e restauração de patrimônio. O  
345 Conselheiro aponta que a nova gestão realizou todos os procedimentos, porém, a Comissão  
346 não tinha o conhecimento dos dados realizados anteriormente e, mesmo assim, pelo  
347 disposto, pôde verificar que o Conselho não está fora do que rege o mercado de imóveis.  
348 Acredita que a proposta plausível para o Conselho é de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e  
349 quinhentos mil reais), com 75% (setenta e cinco por cento) do potencial construtivo, esse foi  
350 o levantamento prévio que o Coordenador da Comissão tinha estipulado sem comprometer a  
351 Unidade de Interesse Preservação. O Conselheiro encerra a explanação, trazendo algumas  
352 proposições que irão embasar a discussão para definir a deliberação a esse respeito. Com a  
353 palavra, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR agradece pela exposição e passa a palavra  
354 para o Conselheiro Titular ANÍBAL VERRI JUNIOR que apresenta dúvidas a respeito do que  
355 representa os 75% (setenta e cinco por cento), excedente do que já está construído. Então, o  
356 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR intervém e pede para que possa elucidar,  
357 explicando que: “O potencial construtivo de um lote que tem uma Unidade de Interesse em  
358 Preservação, UIP, é o potencial permitido pelo zoneamento multiplicado pela área do terreno  
359 mais, acrescido da área construída da UIP. Então o potencial hoje do terreno, é algo como  
360 1.800m<sup>2</sup> (um mil e oitocentos) metros quadrados e alguma coisa, multiplicada a área do  
361 terreno vezes o zoneamento, e se acresce a UIP, 900m<sup>2</sup> (novecentos metros quadrados) e  
362 alguma coisa. Ficamos com algo em torno de 2.500m<sup>2</sup> (dois mil e quinhentos metros  
363 quadrados). Então, quando se fala desses percentuais, estamos considerando o valor total,  
364 sendo que a UIP está lá já. Se pretende que, no final UIP, mais empreendimento, tenhamos  
365 72% (setenta e dois por cento), que dá algo próximo a 2.000m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados)”.  
366 O Coordenação da Comissão Temporária elucidar que hoje o imóvel dispõe de quase 800m<sup>2</sup>  
367 (oitocentos metros quadrados), porém, a casa está necessitando de restauro, requalificação.  
368 O Conselheiro Titular ANÍBAL VERRI JUNIOR solicita esclarecimentos sobre o termo UIP, para





369 a qual o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR manifesta-se: “Unidade de Interesse de  
370 Preservação, não é tombamento, mas impede que o imóvel seja demolido, está constante de  
371 uma lista onde existe o interesse pela preservação, sendo graduado por número de estrelas,  
372 pois o imóvel representa algum tipo específico de arquitetura. No caso do imóvel a que nos  
373 referimos, é a Arquitetura Moderna. Não consta na Lei Federal. No final da última gestão de  
374 Prefeito se baixou um novo Decreto, onde se estabelece uma listagem, mas não se  
375 estabelecem os critérios de preservação. Então, o que vale hoje, resumindo, temos um  
376 Decreto que estabelece uma lista, na qual constam estes 2 imóveis, e simplesmente se segue  
377 a regra de UIP: Zoneamento multiplicado pela área do terreno mais a área da UIP = Potencial  
378 Construtivo, atualmente sem perspectiva de renovação. Sendo esta renovação da venda do  
379 Potencial, uma demanda prevista no novo Plano Diretor de Curitiba que está na Câmara  
380 Municipal para ser aprovado”. O Presidente passa a palavra ao Conselheiro Titular RONALDO  
381 DUCHENES que prossegue, no seguinte relato: “Em primeiro lugar, queria cumprimentar a  
382 Comissão pelo trabalho feito, porque me parece um trabalho exaustivo e que tem levado  
383 vários meses, mas que, justamente por causa disso, nesse momento extremamente  
384 conturbado no mercado, cria uma dificuldade adicional. Entrando, apenas, como uma  
385 observação que pode ser considerada talvez superficial, o que eu tenho visto diretamente no  
386 mercado imobiliário é uma redução em relação ao final do ano passado para agora em torno  
387 de 40% (quarenta por cento), quer dizer, a queda tem sido astronômica, tem sido de uma  
388 velocidade enorme. E, naturalmente, os avaliadores procuram manter seus preços na medida  
389 em que podem, mas não conseguem vender. Estou enfrentando casos parecidos e me parece  
390 que, se a avaliação era muito semelhante, a de hoje com a do ano passado, pode se dar mais  
391 uma olhada com um pouco mais de calma e verificar o que quer. Que o Sidney Axelrud,  
392 proprietário do imóvel, queira o valor, é mais do que natural, ele sente uma oportunidade  
393 que outros não têm. Mas eu veria com bons olhos mais uma rodada de verificação no  
394 mercado imobiliário para observar se estão acontecendo mesmo negócios. Porque, o que eu  
395 tenho conversado com o outro lado, com corretores de outras empresas, estão  
396 desesperados, o pessoal não está conseguindo vender. Então, talvez seja uma oportunidade  
397 nossa para conseguir uma diferença na forma de desconto que possa nos ajudar. E eu  
398 concordo com a Comissão em tentar manter os 70% (setenta por cento) ou 75% (setenta e  
399 cinco por cento) do potencial construtivo. Enfim, pode ser superficial, mas acredito que  
400 tenha algum sentido”. Com a palavra, o Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO lembra  
401 que o mercado aconselha compra, porque o valor está muito baixo do valor do metro  
402 quadrado do potencial construtivo. O momento, enfim, é do comprador. Comprador do  
403 potencial. E o momento é do comprador também para pedir descontos. O Presidente  
404 JEFERSON DANTAS NAVOLAR toma a palavra e pede que a Assessoria Jurídica faça  
405 esclarecimentos de como funciona o cálculo e a liberação do potencial construtivo para o  
406 mercado. Para o questionamento a Assessora Jurídica, Claudia Cristina Taborda Dudeque  
407 emite a seguinte manifestação: “Boa tarde a todos. O imóvel estaria passando de  
408 proprietário, essa questão do potencial ele só pode fazer quando ele reforma, o Conselho tem  
409 que fazer a reforma, tirar o alvará e ter ok da prefeitura. Se o Conselho também não fizer,  
410 não dá para vender esse potencial. Então, ele não está amarrado na construção, ele não está  
411 no patrimônio, o patrimônio é do Conselho, é um contrato entre as partes dizendo que,  
412 depois da reforma, esse valor, essa cota à parte é dele, e não mais do Conselho. Então, ele  
413 não está ligado diretamente à propriedade”. Conselheiro Titular NESTOR DALMINA, solicita a  
414 palavra, que é concedida pelo Presidente, e manifesta-se: “Eu tenho uma consideração que



415 deve ser analisada com lógica. Tudo bem que os imóveis estão desvalorizando, mas até  
416 quando? E se retomar a valorização, como fica? Nós temos esse imóvel em que estamos  
417 hoje, mas o proprietário pediu R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), e a proposta dele é  
418 de 30 (trinta) dias, senão, ele já não sabe se vende. Portanto, R\$ 4.500.000,00 (quatro  
419 milhões e quinhentos mil reais) o imóvel que tem mais área construída que o atual, que por  
420 informação é quase o dobro da área construída que temos hoje, eu acho que nós estamos  
421 vacilando, não podemos correr o risco de perder aquele negócio. Acho muito importante que  
422 o CAU/PR tenha uma sede própria, até para poder fazer investimentos. Aqui mesmo estamos  
423 e não podemos modificar à título de investimento, porque trata-se de locação, daqui a pouco  
424 vamos votar sobre a liberação de comprar 02 (dois) *containers* por falta de espaço. Será que  
425 não seria melhor comprar esse imóvel e começar a pensar em readequar ele para as  
426 necessidades do CAU? Na minha avaliação, com sinceridade, acho que está barato esse valor  
427 da proposta, na minha avaliação, principalmente porque é menos da metade do que se está  
428 pedindo neste imóvel e cuja localização é igual. Eu só acho o seguinte, deveríamos levar  
429 paralela à negociação daquela obra, a possibilidade de aquisição também da área do antigo  
430 Posto de Gasolina, até porque, a partir do instante que a gente comprar aquilo o posto vai  
431 valorizar. Se a gente conseguir comprar o posto junto, seria fantástico”. O Presidente  
432 JEFERSON DANTAS NAVOLAR passa a palavra para o Vice-presidente IRÃ JOSÉ TABORDA  
433 DUDEQUE que relata: “Eu gostaria de parabenizar a Comissão pelo denso trabalho que  
434 realiza e agora eu acho que a questão é que nós temos que cortar o problema. Eu vou na  
435 guarda do Dalmina, chega um ponto que parece que faz 03 (três) anos, eu sou da primeira  
436 gestão, parece que faz 03 (três) anos que isso está sendo discutido, então, chega uma hora  
437 que tem que comprar ou não comprar. *Não, mas o momento é do comprador, o momento é*  
438 *delicado*, nada impede que daqui a uma semana o momento seja do vendedor, a gente não  
439 sabe o que vai acontecer. Às vezes a gente toma tantos cuidados que a gente não faz nada e  
440 fica guardando dinheiro embaixo do colchão. Então, precisamos tomar atitude, senão a gente  
441 joga o problema para a próxima Plenária que, por sua vez, vai mandar uma carta não sei para  
442 quem, que depois vai para a próxima Plenária, vai para a próxima Plenária. Então, depois de  
443 03 (três) anos, temos que tomar uma decisão. Eu penso sempre nessa questão de UIP.  
444 Confesso, posso até falar uma besteira, posso até ser processado pelo que eu vou falar,  
445 confesso meu desinteresse total pelo assunto da UIP, isso aqui é uma Autarquia Federal  
446 preocupada com Prefeitura. Por exemplo, nós estamos em um nível de discussão que temos  
447 como discutir com uma Prefeitura, diferente de uma empresa, então, se daqui a 10 (dez)  
448 anos nós vamos ter x, esse negócio que a baixada tem, x potencial, não tem x potencial, não  
449 sei, nós temos um compromisso com a gestão, temos o compromisso com o Arquiteto de ter  
450 sede, então essas questões vêm depois, se nós vamos ter um pouquinho a mais, um  
451 pouquinho a menos. Eu lembro o caso da PUC/PR - aliás, não está o Professor Carlos aqui,  
452 mas está o Professor Carlos Nigro - de onde eu fui professor, a PUC fez rigorosamente todos  
453 os seus prédios sem autorização da Prefeitura, fez tudo e depois eles ficaram anos para  
454 resolver o problema do prédio azul que está lá, por exemplo, anos depois aquilo ainda estava  
455 empacado. E saiu, porque é uma Universidade, eles vão fazer o que? Então, da mesma  
456 maneira, nós somos uma Autarquia Federal e temos que exercer essa autoridade, senão a  
457 gente fica, *não, o momento não é bom, vamos esperar mês que vem, vamos negociar 50 mil,*  
458 *20 mil, 100 mil.* Nessa escala, não sei se a questão é tão grande assim, se temos que pensar  
459 em percentual. Se alguém enriquecer, aí sim será problemático, mas não parece que nós  
460 temos uma conta absolutamente objetiva que devemos chegar ao valor exato, R\$



461 4.436.000,00 (quatro milhões, quatrocentos e trinta e seis mil reais) e, se não chegar nesse  
462 valor, nós vamos discutir. Então, volto ao item inicial, temos que tomar uma decisão e não  
463 podemos ficar postergando isso para a Plenária seguinte, depois será para a Plenária  
464 seguinte, depois para a Plenária seguinte”. O Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO  
465 expressa: “Em uma questão relativa ao início da tua fala, Conselheiro Irã, acho que a gente  
466 tem que tomar cuidado com algumas questões, nós estamos aqui em uma Autarquia, em um  
467 Conselho e devemos zelar pela ética” Ao que o Conselheiro IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE  
468 interpela: “Mas o que tem de antiético?”. O Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO,  
469 solicita calma, e coloca: “Só sobre um detalhe que você usou como exemplo, que não  
470 concordamos, eu, como mais experiente, gostaria de chamar atenção sobre isso, dizer que a  
471 Pontifícia Universidade Católica/PR construiu e depois aprovou. Eu acho que não seja essa a  
472 forma que nós, profissionais, devemos aplaudir ou apoiar. Chamamos atenção para que  
473 tenhamos cuidado com algumas questões que são ditas aqui e que ficam registradas. Então,  
474 acreditamos que essa não seja uma forma prudente de se posicionar”. Ante este  
475 posicionamento o Conselheiro Titular IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE pronuncia-se: “Pois  
476 então eu digo, eu quero que fique registrado o que eu falei, porque não é porque a  
477 Prefeitura fala que pode ou não pode construir. A PUC estava certa, porque quem está  
478 errado nesse caso é a Prefeitura”. Então, o Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO  
479 redargui: “Não estamos entrando no mérito se está certo ou errado, mas sim, que existe uma  
480 legislação urbanística que estabelece padrões de coeficientes de construção de recuos,  
481 afastamentos, alturas, etc., que estes estavam fora desses padrões, então, fora da Lei, e aí  
482 consolidado porque é uma Universidade e conquistou o Alvará, não acho que seja essa a  
483 forma correta”. Ao que responde o Conselheiro Titular IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE: “Não é  
484 correta, mas não é errada. Um Conselho Federal vai juntar pessoas aptas a pensar a cidade  
485 que farão o melhor pela cidade, é esse o caso. Então, se a gente fica se prendendo a  
486 determinados detalhes, não que eu esteja pregando que a gente deva ir contra essa  
487 legislação, mas em um momento que nós formos pensar a fundo a legislação, nós vamos  
488 dizer, *foram pessoas que fizeram e essa legislação não é porque ela existe que está correta,*  
489 quer dizer, então, nós aqui como uma Autarquia Federal e pessoas responsabilizadas perante  
490 a sociedade a pensar Arquitetura, eu me sinto apto a dizer que nós estamos fazendo um bom  
491 negócio. Não em meu nome, em nome do grupo. Então, esse grupo formado por Arquitetos  
492 temos que ter a pertinência de agora tomar essa decisão, compramos ou não compramos?”.  
493 Ao que o Conselheiro RONALDO DUSCHENES, expõe: “Quando se fala, em cento e cinquenta  
494 mil reais a mais ou a menos, trata-se de muito dinheiro. Cento e cinquenta mil reais em  
495 valores absolutos é um dinheirão. Se houver a possibilidade de economizar cinquenta mil  
496 reais é valor que ficará para o CAU, nós estamos defendendo um patrimônio da sociedade.  
497 Todos devem fazer questão de defender, acho que é importante. Não mais ou menos, não é  
498 isso não, eu acho que tem que ser feito. Agora, sobre a decisão se é hoje ou não é hoje, como  
499 falei desde o início, não fiz parte da Comissão, a Comissão pode defender um valor ou outro,  
500 que eu não vou poder fazer, não tem como, não tive acesso, não fui e não verifiquei,  
501 portanto não posso dizer se R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) está  
502 certo. O que me surpreende, é que o mesmo valor que foi dado no final do ano passado, é o  
503 de agora. Isto não é valor de mercado, o mercado não se comportou igualmente de  
504 dezembro para hoje. Nesse meio ano, o mercado se modificou radicalmente. Ou ele estava  
505 muito barato em dezembro, ou está caro agora. Aí, do ponto de vista de negócio, do ponto  
506 de vista comercial, temos certeza. A solução, não temos. Obrigado”. O Conselheiro Suplente



507 MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES observa que a própria avaliação da CVI de 2014  
508 dava como preço R\$ 4.750.000,00 (quatro milhões, setecentos e cinquenta mil reais). E a  
509 avaliação da Comissão hoje já era de um valor mais baixo, inclusive de número absoluto, sem  
510 considerar reajuste de inflação, valorização, entre outros. Então, pondera, hoje o imóvel está  
511 mais barato do que estava ano passado, mesmo que o valor ofertado hoje, de R\$  
512 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) seja praticamente o mesmo. O CAU/PR  
513 aplicou o dinheiro, que rende por 06 (seis) ou 07 (sete) meses, e este montante, hoje, vale  
514 mais do que se tivesse comprado naquele momento. Houve um debate, e a Comissão  
515 observa que também entende que a valorização da área do Posto de Gasolina vai ter um  
516 diferencial, a partir do momento que o CAU conclua o negócio e estiver construindo ou  
517 arrumado. Hoje trata-se de um terreno abandonado do Posto e uma casa que está para  
518 alugar há uns 06 (seis) ou 07 (sete) meses, sem inquilino. O Conselheiro Suplente MILTON  
519 CARLOS ZANELATTO GONÇALVES considera que é óbvio que o dono do terreno do antigo  
520 Posto procurará obter o melhor rendimento para seu imóvel, para preservar o valor de  
521 mercado. Porém, acredita que estas negociações devam iniciar-se anonimamente, e que a  
522 matéria possa ser discutida nas Plenárias subsequentes. Lembra, outrossim, que, apesar de  
523 não fazer parte do terreno hoje, existe o início de um acordo com a Câmara Municipal de  
524 Curitiba para desafetação da atual faixa da Rua entre o terreno e o posto de gasolina. Então,  
525 seria mais uma área, que mesmo que venha a ter restrições em se fazer edificações, com  
526 pouco investimento dobraria a área livre para estacionamento ou outras questões a serem  
527 utilizadas. O terreno apresenta alguns diferenciais que, estando em preço de mercado, a  
528 Comissão acredita que a Prefeitura tenha interesse que alguém assuma o local. Com todos  
529 esses indicativos, a Comissão entende que o imóvel esteja com valor condizente com o  
530 interesse do Conselho. A desafetação da rua é burocrática, mas os acordos entre entidades  
531 governamentais podem facilitar as tratativas. O Conselheiro Titular ANÍBAL VERRI JUNIOR,  
532 comenta que o atual imóvel está locado pelo valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)  
533 por mês, e, se considerado que isto represente 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do  
534 imóvel, então, o total estaria na ordem de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), o que  
535 deixa a negociação em bons termos. Assim sendo, posiciona-se a favor do prosseguimento  
536 das negociações. Acredita que não seja o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)  
537 determinante para que o proprietário deixe de querer parte do percentual construtivo, já  
538 que a intenção é de aguardar uma valorização no valor do potencial construtivo para vende-  
539 lo no futuro. O Conselheiro IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE toma a palavra para elucidar a  
540 necessidade de tomar uma decisão, da seguinte forma: “Pegando a expressão que foi usada  
541 aqui da ingenuidade, eu também sou contra ingenuidade, eu acho que nesse momento a  
542 ingenuidade é postergar a decisão. Quando eu digo, eu não estou pregando aqui que nós  
543 devemos sair torrando cento e cinquenta mil reais, o problema é que seja o mercado, seja o  
544 governo socialista, o valor real de alguma coisa é sempre o valor suposto, quer dizer, não  
545 existe, é uma coisa abstrata. Quando nós vamos ter certeza que chegamos ao valor absoluto?  
546 Então, nesse momento, quando eu digo que não me interessa por cento e cinquenta mil  
547 reais, é porque há uma avaliação um pouco mais cara do que a outra, mas o mais importante  
548 me parece é tomar a decisão, porque a ingenuidade suprema seria depois de 3 anos de  
549 discussões, de 3 anos de conversa a gente brigar por uma porcentagem e chegar a um  
550 resultado e dizer, *não vamos comprar então, porque aumentou ali um valor que não nos*  
551 *interessa*. Então, a questão é compramos ou não compramos, a questão é ter decisão.  
552 Ingenuidade é postergar mais uma vez. Esse estudo todo da Comissão, insisto nisso, supondo



553 o valor total do imóvel existe sim em qualquer negociação uma margem de erro. Eu suponho  
554 que o único lugar no mundo que nós tenhamos valores exatos hoje seja na Coreia do Norte,  
555 por exemplo, que daí o governo decreta que uma cadeira vale 362 dinheiros vírgula 45. Em  
556 qualquer outro lugar ela vai valer 360, 200 ou 400, sempre vai ter uma margem desse tipo.  
557 Então dentro dessa margem, até eu pergunto, cento e cinquenta mil reais é quantos por  
558 cento de 4 milhões e meio? Sou péssimo em matemática. 3% (três por cento), quer dizer, 3%  
559 (três por cento) a mais ou a menos existe para comprar um sapato, para comprar um tênis,  
560 para comprar uma cadeira, para comprar uns óculos, isso está sujeito a qualquer operação  
561 desse tipo. Você vai comprar linguixa no mercado, está sujeito a ter um erro de 3,5% (três  
562 inteiros e 5 décimos percentuais) em relação ao valor real. Agora, imagine chegar no  
563 supermercado e dizer, *bom, acho que essa linguixa está 3,5% (três inteiros e cinco décimos*  
564 *percentuais), eu não quero gastar dinheiro, eu sou em nome da moral, em nome dos bons*  
565 *costumes, não vou comprar linguixa*. Aí a pessoa morre de fome. Então aí é que nós temos  
566 que ter uma decisão clara, queremos comprar ou não queremos? Se for ao contrário, tudo  
567 bem, não vamos comprar e pronto, abandonamos esse negócio e vamos começar outro,  
568 vamos atrás dessa casa, eu só quero saber isso, vamos tomar uma decisão”. O Conselheiro  
569 Titular NESTOR DALMINA expõe sua concordância com o Conselheiro IRÃ JOSÉ TABORDA  
570 DUDEQUE ao analisar o imóvel e as demais condições, inclusive com a possibilidade da  
571 desafetação da rua frontal ao imóvel. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR, passa a  
572 palavra à Conselheira Titular MARGARETH ZIOLLA MENEZES que ressalta que o preço do  
573 imóvel está muito bom pelos adjetivos que vão se agregando ao imóvel. O segundo ponto, do  
574 seu ponto de vista, é que, se foi instituída uma Comissão para ser feito um levantamento,  
575 para definir um determinado imóvel interessante, e se o Plenário estiver convencido, não há  
576 razão para polêmica. Acredita que tem que haver objetividade, porque tem que haver  
577 confiança no trabalho da Comissão. Se houver uma diferença na hora da transação, o  
578 Presidente, ou quem estiver à frente da Comissão, deve negociar, seja de 2% (dois por cento)  
579 a mais, 3% (três por cento) a mais, ou a menos. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR  
580 manifesta-se sobre valores e insiste que votemos o ponto de vista da Comissão da Sede,  
581 explicitada aqui pelo Conselheiro Suplente MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES, ou  
582 seja: a aquisição da casa, a negociação com compromisso com a Câmara Municipal para a  
583 possível desafetação da Rua, a perspectiva de compra da área do Posto na Rua Nossa  
584 Senhora da Luz, com o aporte financeiro inicial de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e  
585 quinhentos mil reais). O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR propõe, inicialmente, um  
586 voto de encaminhamento sobre a compra do imóvel. Depois, numa segunda votação,  
587 considerando os valores já estabelecidos, se deve haver margem de negociação. Colocado  
588 em votação, foi aprovado o encaminhamento proposto, por unanimidade. A seguir, indaga  
589 qual deve ser a margem de negociação, lembrando que R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e  
590 quinhentos mil reais), mais 40% (quarenta por cento) do potencial construtivo é a  
591 manifestação última do proprietário. Ao que o Conselheiro Titular RAFAEL GIMENEZ  
592 GOÇALVES coloca que na Reunião de Comissões foi proposto manter o valor de R\$  
593 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) e que a negociação do potencial seria  
594 de 75% (setenta e cinco por cento) permanecendo no lote. Acredita, assim, que a  
595 argumentação para a negociação é a de que não se altera o valor, mas o potencial.  
596 Outrossim, apresenta a opção de propor R\$ 4.250.000,00 (quatro milhões, duzentos e  
597 cinquenta mil reais), como margem de manobra. E quanto ao potencial, um limite de 75%  
598 (setenta e cinco por cento) ou 60% (sessenta por cento), até chegar a resolver a questão do



599 edifício anexo, que, presumivelmente, pode ser utilizado no futuro. E explica: “Porque todas  
600 as outras questões das potencialidades que esse terreno e esse local apresenta, elas são  
601 subjetivas. Estamos partindo do princípio que a Rua vai ser desafetada e que nós possamos  
602 comprar o terreno do Posto de gasolina, isso é uma hipótese, nós temos que trabalhar com o  
603 real. O real é esse terreno, com esse valor. Claro, com toda essa potencialidade, mas  
604 potencialidade em negócio não existe, quer dizer, você tem que ter o papel assinado”. O  
605 Conselheiro Suplente CARLOS DOMINGOS NIGRO indaga qual o valor comercial  
606 correspondente a 35% (trinta e cinco por cento) do restante do potencial construtivo, ao que  
607 se responde ser de aproximadamente R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e que este  
608 é 3 % do total. Lembra, outrossim, que a contraproposta do proprietário foi em 02 (duas)  
609 parcelas, o que pode levar a uma proposta interessante ao mesmo, de pagamento à vista:  
610 “Chegar a um valor de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) à vista”. Há  
611 um pequeno debate sobre a oferta a ser apresentada, em que o Presidente interpela que  
612 ainda falta votar sobre a margem para negociação. Ao que o Conselheiro Titular RONALDO  
613 DUSCHENES sugere que se trabalhe com um percentual do potencial construtivo entre 70%  
614 (setenta por cento) a 75% (setenta e cinco por cento), porque permite uma perspectiva de  
615 ampliação futura, porém, há de se negociar com cautela. Pede a palavra ao Conselheiro  
616 Titular BRUNO SOARES MARTINS, que coloca a necessidade de se definir um valor máximo e  
617 mínimo para que se resolva a questão de uma vez. A Comissão posiciona-se a “zero” em  
618 questão de valores. O Conselheiro Titular IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE manifesta-se: “Se é  
619 zero, não tem negociação. Vai negociar e não está sendo dada atribuição para negociar, tem  
620 que dar... volta-se aos R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), ou seja, 03% (três por  
621 cento) para cima ou para baixo, senão não adianta nada, vai jogar para a próxima Plenária.  
622 Aí, não vamos tomar decisão”. Nesse momento o Coordenador da Comissão, Conselheiro  
623 Titular ORLANDO BUSARELLO interrompe a ordem, dizendo que não cabe à Comissão  
624 precisar os números para a negociação. O Vice-presidente insiste para que se defina uma  
625 possibilidade de negociação e sugere: “Mas veja, eu estou colocando 03% (três por cento)  
626 aqui como Conselheiro. É lógico, a Comissão apresenta para o Plenário e este é soberano.  
627 Então, após apresentação dos trabalhos, eu estou sugerindo 03% (três por cento), por  
628 exemplo; R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para mais e para menos, para se ter  
629 uma margem. Inclusive o Aníbal chegou a fazer a proposta de pagar um valor a mais, se  
630 pudesse estar nesta faixa de 03% (três por cento). É isso que a gente precisa ter, pequenos  
631 percentuais para negociar. Porque se for para negociar a 0% (zero por cento), não tem  
632 negociação”. O Conselheiro Titular NESTOR DALMINA interpõe: “Deliberamos 50%  
633 (cinquenta por cento) do potencial construtivo, é o nosso limite, não menos que isso. Nós  
634 vamos baixar de 75% (setenta e cinco por cento) que havíamos idealizado para 50%  
635 (cinquenta por cento) e ele vai aumentar de 25% (vinte e cinco por cento), que ele estava  
636 pedindo para 50% (cinquenta por cento), quer dizer, racha a diferença”. De acordo com  
637 Conselheiro Suplente CARLOS DOMINGOS NIGRO, não há o que impeça que o Plenário faça  
638 uma proposta de aquisição do potencial, mudando-se o valor da compra, pois já houve uma  
639 decisão parecida no poder de negociação no primeiro lance, que para ele, era de 10% (dez  
640 por cento), decidido em Plenário. O Conselheiro Titular CARLOS HARDT concorda com a  
641 proposta do Conselheiro Titular NESTOR DALMINA, e considera a outra, de um percentual  
642 acima do valor proposto, mantendo os 75% (setenta e cinco por cento) do potencial. Um  
643 intenso debate se instaura no Plenário, encerrado com a palavra do Coordenador da  
644 Comissão, Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO, que também acorda com a proposta do



645 Conselheiro Titular NESTOR DALMINA: “Nós oferecemos o valor que foi proposto e pedimos  
646 75% (setenta e cinco por cento) do potencial disponível e temos uma margem para chegar  
647 aos 50% (cinquenta por cento). Após novo debate, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR  
648 registra o encaminhamento, com apenas uma posição acordada, colocada pelo Conselheiro  
649 Titular NESTOR DALMINA, ou seja R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais);  
650 iniciando margem de negociação com os 75% (setenta e cinco por cento) de potencial  
651 construtivo, podendo, por autorização deste Plenário, chegar ao mínimo de 50% (cinquenta  
652 por cento) do potencial a permanecer no lote. Colocada em votação, esta proposta é  
653 aprovada por unanimidade, encerrando-se os debates da Comissão Temporária da Sede.-----

654 **2.2 Relato da Comissão de Planejamento e Finanças.** -----

655 Segundo apresentação da Ata da Comissão (ANEXO XI) o Conselheiro Suplente MILTON  
656 CARLOS ZANELATTO GONÇALVES comenta o Quadro Resumo da Evolução das Receitas,  
657 comparativo 2014/ 2015. Aponta que até o dia 18 de Junho há um decréscimo das receitas,  
658 com índices que variam entre 21,8 % (vinte e um inteiros e oito décimos por centos) para o  
659 mês de Janeiro, até 8,1 % (oito inteiros e um décimo por cento) do corrente mês.  
660 Fundamentado nesses índices, a Comissão propõe uma reavaliação do orçamento de 2015,  
661 até o ponto em que seja necessária uma intervenção, com corte no orçamento, como  
662 previsto no início do ano. A seguir, apresenta a planilha de fluxos de caixa - Relatório  
663 Financeiro do mês de Maio 2015 (ANEXO XII) - que inclui fluxos de caixa (entradas e saídas  
664 com registro dos pagamentos individualizados), quadro resumo, composição do saldo de  
665 caixa de maio de 2015 e quadro resumo evolutivo da movimentação de caixa, referente ao  
666 exercício de 2015, conforme documento de circulação interna de 02 de Junho (ANEXO XIII),  
667 apresentado pelo Assessor Financeiro, Nilto Roberto Cerioli. Sobre tal, o Conselheiro nota  
668 que as receitas e despesas não sofreram alterações dignas de registro em relação ao mês  
669 anterior. Pontua os documentos analisados, tais como tarifas de telefonia, plano de seguro  
670 do veículo Duster e faturas de agência de viagens. Observa aumentos expressivos de gastos  
671 telefônicos, tanto de fixo para móvel das Regionais do Paraná, quanto de taxa de telefonia  
672 móvel - especialmente realizadas pelo número 41 8833-2416. Sobre tal, o Conselheiro  
673 informa a solicitação de justificativa em Plenário. Lembra que os trabalhos receberam  
674 acompanhamento da colaboradora Rafaelle Renata Waszak, coordenadora de finanças, para  
675 análise dos documentos e, assim fundamentada, a Comissão opina favoravelmente a  
676 aprovação do relatório financeiro maio de 2015. O Conselheiro Federal Suplente JOÃO  
677 VIRMOND SUPLICY NETO se apresenta, esclarecendo que o CAU/PR apoiou a sua viagem a  
678 Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, por ocasião da reunião do Comitê Executivo da FPAA, em  
679 que foram tratados, dentre outros assuntos, da organização das futuras reuniões para o ano  
680 de 2016: o Segundo Congresso de Arquitetura e Sustentabilidade na Amazônia (IAB-  
681 Manaus/AM); a Quarta Conferência de Planejamento de Cidades de Fronteiras (Campo  
682 Grande/MS); e o Congresso Pan-americano de Arquitetos. O Conselheiro descreve, então,  
683 algumas das reuniões do Comitê, explicando que, durante o intervalo entre uma e outra  
684 atividade, teve sua carteira roubada, com todos os documentos, fato este que gerou uma  
685 série de telefonemas, inclusive internacionais, na tentativa de resolver o problema. Acresce,  
686 ainda, que ele não tinha conhecimento de que o telefone concedido pelo CAU faz parte de  
687 um “pacote” de tarifas que, se excedidas, aumentam substancialmente o seu valor. Com a  
688 palavra aberta, sem manifestações, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR coloca em  
689 votação a aprovação do Relatório Financeiro de maio de 2015, que é aprovado por  
690 unanimidade pelo Plenário. A seguir, o Conselheiro Suplente MILTON CARLOS ZANELATTO



691 GONÇALVES coloca em pauta o balancete do primeiro trimestre de 2015 (ANEXO XIV), ao que  
692 lê registro da Ata de Comissão: *“Apresentados os balancetes do primeiro trimestre, de acordo*  
693 *com a Resolução 101 de 27/03/2015, com suas devidas rubricas. A Comissão de*  
694 *Planejamento e Finanças do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná - CAU/PR, no*  
695 *uso das atribuições conferidas pelos incisos IV e V e VI do artigo 61º do Regimento Interno do*  
696 *Conselho e, em cumprimento ao contido no parágrafo 4º do artigo 8º da Resolução nº 101*  
697 *de 27 de março de 2015 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR,*  
698 *examinou as Demonstrações Contábeis do CAU/PR referentes ao 1º trimestre do exercício de*  
699 *2015, apresentadas e assinadas pelo Presidente, bem como pelo Contador contratado e pelo*  
700 *Gerente Financeiro do Conselho. Com base na análise desses documentos, complementados*  
701 *por informações e esclarecimentos prestados pelos responsáveis que os assinam, e,*  
702 *considerando que as contas do referido período já foram aprovadas mês a mês pela Plenária*  
703 *nas sessões subsequentes ao mês sob exame, ratificando indicação desta Comissão,*  
704 *opinamos favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis do CAU/PR, relativas*  
705 *aos meses de janeiro, fevereiro e março do exercício de 2015”*. Ressalta, neste aspecto que, a  
706 partir deste ano, além da aprovação mês a mês de todas as contas, é necessário, por  
707 determinação dessa Resolução nº101/2015 do CAU/BR que seja também realizada a  
708 prestação de contas trimestral. Ao que o Conselheiro assenta que a Comissão, após análise  
709 dos documentos apresentados, propõe a aprovação do Plenário a este balancete. O  
710 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR agradece a equipe financeira e contábil do CAU/PR,  
711 que permaneceu durante toda a manhã à disposição da Comissão de Planejamento e  
712 Finanças, auxiliando nos trabalhos. O Conselheiro Suplente MILTON CARLOS ZANELATTO  
713 GONÇALVES lembra, ainda, que o atendimento aos prazos para cumprimento das metas  
714 junto ao CAU Nacional é importante e que esta aprovação trimestral deve ser feita ainda  
715 hoje. O que, de seu ponto de vista, não tem problema algum, pois a contabilidade tem sido  
716 verificada periodicamente, não havendo acúmulo de documentos a serem analisados pela  
717 Comissão. Com a palavra aberta, o Conselheiro Titular IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE indaga  
718 sobre a possibilidade de se aprovar os balancetes financeiros mensais e trimestrais juntos,  
719 automaticamente, ao que o Conselheiro Suplente MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES  
720 observa que existem algumas despesas que, apesar de ocorrerem no mês, não são referentes  
721 ao mesmo, são do mês anterior. Assim sendo, o balanço financeiro e contábil deve se  
722 equivaler. Como exemplo, cita um evento na cidade de Cascavel em um mês, em que a nota  
723 para pagamento só chegou no mês seguinte. Desta forma, para o setor financeiro a conta a  
724 ser paga está em um mês, e para o contábil, está noutra. O Presidente JEFERSON DANTAS  
725 NAVOLAR cumprimenta a CPF pelo trabalho que está sendo realizado. E o Assessor  
726 Financeiro, Nilto Roberto Cerioli, acresce à resposta do Conselheiro Suplente MILTON  
727 CARLOS ZANELATTO GONÇALVES que, na verdade, a aprovação do balancete trimestral é  
728 uma ratificação do mensal, que ainda não é obrigatório pelo CAU Nacional. O Presidente  
729 JEFERSON DANTAS NAVOLAR diz entender as dificuldades das Comissões que trabalham com  
730 variáveis constantes e agradece o empenho do Conselho do Paraná que sempre cumpre as  
731 obrigações institucionais perante o CAU/BR. Diz ainda que considera absolutamente  
732 necessária a rigidez com que o CAU/BR age sobre as questões financeiras - apesar de achar  
733 um equívoco as ações sobre as Resoluções que afetam a rotina dos CAU/UF – especialmente  
734 porque os aspectos contábeis dependem da aprovação de contas de outros órgãos federais.  
735 Neste sentido, o Assessor de Finanças, Nilto Roberto Cerioli, acresce que todas as peças  
736 contábeis do exercício anterior a 2014 integram o relatório enviado ao TCU no final de maio -





737 que era o prazo limite - e o mesmo já se encontra publicado no Portal da Transparência do  
738 *site* do CAU/Paraná. Ao que o Conselheiro Suplente MILTON CARLOS ZANELATTO  
739 GONÇALVES lembra que 10 (dez) Estados brasileiros tiveram suas contas indeferidas e 03  
740 (três) foram homologados com ressalva. O Paraná não teve restrição alguma e foi aprovado.  
741 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR apresenta seu reconhecimento ao trabalho do  
742 Conselheiro Federal Titular MANOEL DE OLIVEIRA FILHO junto ao CAU/BR e Estadual,  
743 colocando em votação o primeiro balancete trimestral de 2015, que é aprovado por  
744 unanimidade. Antes de passar a próxima matéria, o Conselheiro Suplente MILTON CARLOS  
745 ZANELATTO GONÇALVES informa que a manifestação apresentada por escrito pelo  
746 Conselheiro Federal Suplente JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO será anexada à Ata da  
747 Comissão. No que diz respeito a Reunião Extraordinária da CEP, em 03 de junho, o  
748 Conselheiro cita que a Ata concernente deverá ser apresentada, para aprovação, na próxima  
749 Reunião Extraordinária, que contará com a seguinte pauta: investimentos CAU/Paraná,  
750 aprovação de Ata de junho, avaliação de relatório financeiro de junho de 2015, regras do TCU  
751 e regras do mercado para apoio à Comissão de Planejamento e Finanças. Esclarece, ainda  
752 que, por uma questão de prazos, terá que ser feita uma reformulação do orçamento, onde se  
753 aguarda o envio de diretrizes pelo CAU/BR para a próxima semana, visto que o prazo para  
754 esta aprovação é dia 20 de junho. Quanto as aprovações financeiras (item 1.7 da Ata da CPF),  
755 o Conselheiro comunica que o seu debate também deverá ocorrer na Reunião Extraordinária,  
756 porém, a Comissão mantém a decisão anterior de contratação de consultoria financeira para  
757 fazer o gerenciamento e sugestões de aplicações para o CAU/PR. Na matéria que trata dos  
758 deslocamentos, o Conselheiro destaca os altos custos pela compra de passagens aéreas de  
759 um dia para o outro. Assim sendo, a Comissão delibera que os Conselheiros do CAU/PR,  
760 funcionários e prestadores de serviço façam a confirmação de deslocamentos com, no  
761 mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, ou que o próprio usuário adquira sua passagem,  
762 segundo Ata da Comissão. Permite-se, ainda, dentro do prazo de um ano, uma única  
763 remissão de passagens que, se recorrente, deve ficar a cargo do usuário (exceto casos a  
764 serem avaliados pela Comissão). A Assistente de Plenária, Mônica de Lacerda Gomara deverá  
765 ficar responsável pelo agendamento destes deslocamentos. O Conselheiro explica que esta  
766 decisão foi fundamentada no custo de mais de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para a compra  
767 de passagens. Ao que o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR observa que este  
768 planejamento é possível, porém, nem sempre viável, mas a decisão da Comissão deve  
769 constar como recomendação. Sobre os itens 1.9 e 1.10 da Ata da CPF, o Conselheiro Suplente  
770 MILTON CARLOS ZANELATTO GONÇALVES pontua alguns requerimentos de ordem prática  
771 dentro do Conselho Estadual, tais como a documentação encaminhada à Comissão; listagem  
772 de usuários dos telefones móveis e custos telefônicos das Regionais; bem como solicitações  
773 de plenárias passadas, tais como separação integral das despesas de deslocamentos e  
774 diárias; e apresentação do organograma atualizado do CAU/PR, segundo página 53  
775 (cinquenta e três) do relatório do TCU, 2014. Com a palavra aberta, sem manifestações, o  
776 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR agradece o relato da Comissão e, atendendo a um  
777 pedido do Conselheiro Federal Suplente JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO, propõe a inversão  
778 de pauta da reunião, para que o mesmo possa manifestar-se. O Conselheiro justifica sua  
779 ausência ao final da Plenária por motivos profissionais, iniciando, assim, o relato da FPAA, da  
780 qual é Presidente. Destaca a sua participação, enquanto membro honorário, na última  
781 reunião da AIA - *American Institute of Architects* - em Atlanta, entre os dias 14 e 16 e maio  
782 último, apoiado pela plenária do CAU/PR. Explica que esta Convenção reuniu fóruns,



783 seminários e feira de materiais de construção, contando com a participação de mais de  
784 20.000 (vinte mil) pessoas e a abertura do evento, este ano, contou com a presença do ex-  
785 presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton. Segundo o Conselheiro, dentro do programa  
786 houve um fórum internacional de presidentes, onde o Presidente da AIA convida  
787 representantes institucionais internacionais para o debate de temas concernentes. Nesta  
788 convenção, explica, a pauta foi a globalização no que se refere as ações pertinentes à  
789 sustentabilidade. O Conselheiro pontua que o seu discurso tratou, especialmente, da criação  
790 da Aliança Global para o Programa de Cidade das Nações Unidas, com a intenção de  
791 aproximar as entidades ao compromisso deste pacto. Segundo ele, se em cada País, ao  
792 menos uma cidade for signatária ao programa, já será relevante aos objetivos do tratado.  
793 Outra reunião da qual participou o Conselheiro incluiu representantes do Canadá, México e  
794 Estados Unidos, com o intuito de encaminhar a organização do congresso mundial da UIA -  
795 União Internacional de Arquitetos - a realizar-se em 2017. O Conselheiro informa que o CAU  
796 Nacional e o IAB também estão entre os patrocinadores do XXII Congresso Mundial da UIA,  
797 em 2020, que deverá ocorrer na cidade do Rio de Janeiro. Neste contexto, o representante  
798 do Consulado Geral do Brasil demonstrou interesse em trazer grupos de arquitetos norte-  
799 americanos para participar dos debates concernentes, para fomentar o evento. A seguir, o  
800 Conselheiro passa ao relato da CRI -Comissão de Relações Internacionais do CAU - lembrando  
801 da sua primeira participação plenária, “um tanto quanto conturbada”, pelo posicionamento  
802 do Presidente Nacional, Arquiteto e Urbanista Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz. Cita que  
803 não decorrente disso, mas da impossibilidade de sua agenda internacional, não pôde  
804 participar das demais reuniões, estando presente o Conselheiro Federal Titular, Manoel de  
805 Oliveira Filho. Lembra do ofício encaminhado ao CAU Nacional sobre o incidente com o  
806 Presidente Haroldo Pinheiro Villar de Queiroz, comunicando ao Plenário que a CRI respondeu  
807 ao mesmo, citando a importância da continuidade da participação do Paraná nas reuniões.  
808 Informa, outrossim, que o Presidente do CAU/BR enviou ofício ao Conselheiro se retratando  
809 e destacando a importância das parcerias entre entidades ligadas a Arquitetura e Urbanismo.  
810 O Conselheiro relata, ainda, que os trabalhos da CRI atualmente concentram-se nas ações  
811 relacionadas aos convênios internacionais, dentre os quais citam-se: a Ordem dos Arquitetos  
812 de Portugal; o RIBA - *Royal Institute British of Architects*; o AIA - *American Institute of*  
813 *Architects*; o NCARB - *National Council of Architectural Registration Boards*; e o NAAB -  
814 *National Architectural Accrediting Board*, que tratam das questões relativas à pós- formação.  
815 Do ponto de vista do Conselheiro, este último tem, portanto, relevância para Brasil, por  
816 tratar das matérias inclusas na pauta da Comissão de Ensino e Formação do Conselho. –  
817 Assim sendo, o Conselheiro observa que os convênios firmados entre o CAU e as instituições  
818 norte-americanas compreendem uma ampla variedade de troca de informações. E isso deve-  
819 se, para o Conselheiro, especialmente à divulgação do sistema SICCAU, que impressionou a  
820 todos os conveniados. E lembra, dentre outros, o interesse na formação de acordos com  
821 Argentina, Paraguai, Uruguai, Venezuela, México, Honduras e Costa Rica, além dos já  
822 firmados, como Bolívia, Colômbia, Chile, Peru e Rússia. Em relação à Comissão de  
823 Interprofissões do Mercosul, ação governamental que expira este ano, deve-se aprovar o  
824 livre-trânsito profissional e de serviços entre os países membros. Outrossim, o Conselheiro  
825 informa o debate, na reunião da CRI sobre a conferência Rio+20 (Rio mais vinte), que conta  
826 com o trabalho do Conselheiro Luiz Fernando Janot, do Rio de Janeiro, e apoio financeiro do  
827 CAU Nacional, visto ser um iniciativa de, aproximadamente, 640,000.00 EUR (seiscentos e  
828 quarenta mil euros) apenas para a credencial junto à UIA. Concluindo o relato, apresenta a



829 agenda da FPAА, que inclui uma reunião em Lima, no Peru, em novembro, que deve ocorrer  
830 concomitantemente à uma Assembleia Geral da entidade, junto à União Internacional dos  
831 Arquitetos. A pauta da reunião compreende: a adesão à Carta de Caral, cidade de 5.000  
832 (cinco mil anos), descoberta há 15 (quinze) anos, próxima a capital do País, que está sendo  
833 reconhecida como patrimônio da humanidade; formação da Aliança do Pacto Global;  
834 planejamento da reunião do próximo ano, a realizar-se em Havana, Cuba; programação do  
835 Congresso de Arquitetura e Sustentabilidade, da Conferência das Cidades de Fronteiras e o  
836 Congresso Pan-americano. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR agradece o relato,  
837 parabenizando o Conselheiro pela postura diante a Comissão de Relações Internacionais. E,  
838 com a palavra aberta, o Conselheiro Titular CARLOS HARDT solicita ao Conselheiro Federal  
839 Suplente JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO o encaminhamento das informações pertinentes à  
840 mobilidade profissional no Mercosul, para que a Comissão de Ensino e Formação possa  
841 acompanhar os requisitos divulgados. Por fim, o Conselheiro Federal Suplente JOÃO  
842 VIRMOND SUPPLY NETO agradece o apoio do CAU/PR às ações da FPAА, comunicando o  
843 lançamento, para este ano, da Revista Pan-americana de Arquitetura, que deve contar com  
844 textos que tratam do tema da sustentabilidade e duas matérias relevantes sobre Arquitetos e  
845 Urbanistas brasileiros, João da Gama Filgueiras Lima (Lelé) e Severiano Mário Vieira de  
846 Magalhães Porto.....

### 847 **2.3 Relato da Comissão de Organização e Administração.**.....

848 O Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS apresenta a Ata da Comissão (ANEXO XV)  
849 comunicando a alteração do colaborador da Comissão, antes o Analista Geral, Paulo Roberto  
850 Sigwalt, e agora a Analista Administrativa Izabelle Bonatto. Apresenta em tela (ANEXO XVI) a  
851 Ata da Comissão, destacando os relatórios de setores do CAU/PR. No que se refere ao  
852 relatório do setor de Atendimento, do dia 22 de Maio ao dia 18 de Junho, cita o número de  
853 atendimentos telefônicos, presenciais, via *e-mail*, bem como a quantidade de RRTs emitidas  
854 no período, por regionais, e os resultados dos trabalhos realizados sobre a inadimplência  
855 perante o Conselho. A seguir, passa a palavra a Conselheira Titular MARGARETH ZIOLLA  
856 MENEZES que relata sobre a organização do espaço CAU/PR no evento Casa Cor 2015.  
857 Comenta que são dois ambientes distintos: um dedicado a exposição comemorativa do  
858 centenário do Arquiteto e Urbanista João Batista Vilanova Artigas, e outro de divulgação das  
859 cinco entidades principais, representativas da Arquitetura e Urbanismos no Paraná:  
860 SINDIFISC-PR - Sindicato dos empregados dos Conselhos e Ordens de Fiscalização do Exercício  
861 Profissional do Estado do Paraná; IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento  
862 Paraná; ABAP - Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas; AsBEA - Associação Brasileira  
863 dos Escritórios de Arquitetura; e o próprio Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná.  
864 Como apresentado em Plenária passada, a Conselheira reitera que a seção do espaço não  
865 teve custo para o CAU/PR, e alguns patrocínios, que totalizam, aproximadamente, R\$  
866 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) equipam o ambiente, que foi criado de forma a ter o  
867 mínimo custo possível. A intenção desta exposição do Conselho Estadual, explica a  
868 Conselheira, é o devido esclarecimento sobre as atribuições do Arquiteto e Urbanista perante  
869 a sociedade e, para tal, o CAU Paraná deve organizar, na Casa Cor, várias “mesas redondas”  
870 entre as instituições participantes, com ampla divulgação, já que o evento Casa Cor 2015  
871 termina só no dia 09 de Agosto. O Presidente JEFERSON DNATAS NAVOLAR estende o convite  
872 de participação aos Conselheiros presentes, inclusive no que concerne ao desenvolvimento  
873 de conteúdos para publicação virtual. O Conselheiro Suplente MILTON CARLOS ZANELATTO  
874 GONÇALVES indaga sobre o ingresso dos Conselheiros ao Local, ao que a Conselheira Titular



875 MARGARETH ZIOLLA MENEZES coloca que há a necessidade de se fazer esta verificação  
876 perante a presidência e a franqueada, visto que a mesma evidencia dificuldade na  
877 distribuição de grande quantidade de convites. De sua parte, ela acredita que seja  
878 interessante o Conselho garantir um número “x” de convites, para maior participação dos  
879 envolvidos no contexto. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR destaca que a logomarca  
880 do CAU Paraná consta no material de distribuição do evento, o que deve garantir convites  
881 suficientes, além de divulgar, adequadamente, o papel do Conselho a uma extensa plateia. O  
882 Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS lembra que o trabalho de organização do  
883 material a ser lançado na ocasião, inclusive o Caderno/Agenda do CAU/PR, está sendo  
884 finalizado pelo setor de Comunicação do Conselho. A seguir, informa sobre a disponibilidade  
885 das normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, por um convênio  
886 estabelecido entre a entidade e o Conselho, que se encontra no setor de Fiscalização para  
887 levantamento do conteúdo pertinente a Arquitetura e Urbanismo em geral. Quanto ao item  
888 1.1.7 da Ata da Comissão - minuta de convênio/edital de patrocínio entre CAU/PR e demais  
889 entidades - o texto aprovado prevê que a fração de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), seja  
890 dividida em 05 (cinco) acordos para os temas concernentes a Arquitetura e Urbanismo, e os  
891 R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), para os contratos de Assistência Técnica sejam  
892 divididos em 04 (quatro) acordos de patrocínio, que deverão ser efetuados em duas etapas: a  
893 primeira etapa, com três convênios para Arquitetura e Urbanismo no valor de R\$ 20.000,00  
894 (vinte mil reais) cada uma e dois convênios no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil) para  
895 Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS). A segunda etapa, com dois  
896 convênios para Arquitetura e Urbanismo no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e dois  
897 convênios no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil) para Assistência Técnica para  
898 Habitação de Interesse Social (ATHIS) deve ser lançada no segundo semestre, dependendo da  
899 confirmação da expectativa de arrecadação do CAU/PR. Com a palavra aberta ao Plenário, o  
900 Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO coloca sua experiência de participação em outros  
901 editais, e exemplifica que tanto no CAU/BR, quanto nos CAU/MS, CAU/SP e CAU/RJ, há uma  
902 diferença no valor dos apoios, dependendo da abrangência do evento  
903 (local/regional/nacional/internacional). Assim sendo, sugere que a distribuição dos aportes  
904 seja revista, de acordo com a amplitude do mesmo e segundo os demais CAU/UF, com pelo  
905 menos, quatro propostas: evento internacional, na faixa de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil  
906 reais); nacional, R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais); regional, R\$ 30.000,00 (trinta mil reais); e  
907 local, R\$20.000,00 (vinte mil reais); totalizando os R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais)  
908 do edital. Sobre os projetos e ações no âmbito da Assistência Técnica para Habitação de  
909 Interesse Social, o Conselheiro indaga qual o critério adotado para os valores adotados. Ao  
910 que o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR coloca que a Assistência Técnica é uma  
911 prioridade para o CAU/PR. O que a Comissão propõe é que não se faça a abertura do edital,  
912 nesse momento, para R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais). O Conselheiro Titular  
913 ORLANDO BUSARELLO pondera acerca da abrangência destes eventos, ao que, gostaria que o  
914 Plenário se manifestasse. Neste sentido, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR lembra  
915 que a prioridade é para os eventos de interesse estadual. Neste sentido, há um intenso  
916 debate no Plenário acerca dos valores e amplitude dos eventos, ao o Conselheiro BRUNO  
917 SOARES MARTINS lembra que o texto já está aprovado para esta primeira etapa de edital que  
918 deve seguir estas condicionantes, com possibilidade de revisão *a posteriori*. O Conselheiro  
919 Titular CARLOS HARDT pontua a inexperiência do Conselho para este tipo de edital e, assim,  
920 pede reflexão sobre a escala de abrangência. Sobre os temas previstos, “Arquitetura e



921 Urbanismo” e “Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social” (ATHIS), o Conselheiro  
922 ajuíza que os dois termos são pertinentes à área da “Arquitetura e Urbanismo” e, assim  
923 sendo, talvez não devesse haver esta distinção de nomenclatura. Ao que o Presidente  
924 JEFERSON DANTAS NAVOLAR anota o destaque que se pretende sobre a habitação de  
925 interesse social. Novamente discute-se a abrangência dos eventos pertinentes à minuta,  
926 sobre a qual a Conselheira Titular MARGARETH ZIOLLA MENEZES indaga sobre o patrocínio  
927 de passagens, pelo CAU/PR, aos eventos nacionais e/ou internacionais. O Presidente  
928 JEFERSON DANTAS NAVOLAR informa que, até agora, só foram efetivados os apoios a  
929 passagens internacionais para o Conselheiro Federal Suplente JOÃO VIRMOND SUPLICY NETO  
930 e ao próprio Presidente, em apenas 3 oportunidades, desde a criação do CAU. Contudo, para  
931 esclarecimentos sobre o edital, ele aponta que os R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) ou R\$  
932 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) propostos, representam até 80% (oitenta por cento) de  
933 um projeto. E exemplifica: mesmo para um projeto de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais),  
934 o CAU contribuiria com R\$ 20.000,00 (vinte mil reais): “Então, vejo que é um primeiro  
935 momento, nós tentamos simplificar os outros editais (de outros CAU/UF) que eram muito  
936 complexos, tanto que, um deles chegou a ser interditado judicialmente. O nosso reflete  
937 exatamente o Nacional, que nunca foi questionado, com características simples, mas é um  
938 primeiro momento, depois se amplia”. Com a palavra aberta, sem demais manifestações, o  
939 Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS relata que os questionários das Câmaras  
940 Técnicas deverão ser encaminhados esta semana e, neste sentido, solicita uma ação conjunta  
941 entre Conselheiros e Agentes de Câmaras Técnicas regionais para fortalecimento desta ação  
942 junto às prefeituras, para a conclusão deste trabalho. O Presidente JEFERSON DANTAS  
943 NAVOLAR acresce que a última versão deste questionário será entregue aos Conselheiros  
944 para contribuição e que o mesmo deverá ser encaminhado junto a um ofício endereçado às  
945 prefeituras e que poderá ser monitorado pelos Agentes de Câmaras Técnicas, caso se  
946 disponham a tal. A seguir, o Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS apresenta a  
947 proposta de preço de container (ANEXO XVII), com o objetivo de suprir as necessidades  
948 atuais de espaço no CAU/PR e, posteriormente, para atender as demandas móveis do  
949 Conselho. A empresa *Delta Containers* propõe dois *containers* marítimos usados, de 20 pés -  
950 6,00x2,45x2,60m - de valor unitário de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), já inclusa  
951 a instalação de perfis internos tanto para revestimento de teto e paredes, pintura externa e  
952 moldura para uma porta 2,10x2,00m e janela de 1,00x 2,45m. Como sugestão, a Comissão  
953 coloca que deve ser incluso nos itens as especificações técnicas. O Presidente JEFERSON  
954 DANTAS NAVOLAR esclarece que esta matéria foi aprovada na reunião extraordinária da  
955 Comissão, devido a urgência de mais um ambiente de trabalho, que abrigue entre 04 (quatro)  
956 a 06 (seis) pessoas. Lembra que há uma experiência malsucedida do CAU/MG na compra de  
957 uma Van, que agora não tem motorista disponível. A perspectiva do CAU/PR é a de um,  
958 Escritório Técnico de apoio à Assistência Técnica, apoio a feiras e eventos. Descreve, a seguir,  
959 algumas das especificações técnicas do *container* e informa que os estagiários do Conselho  
960 estão desenvolvendo um *lay-out* de mobiliário como proposta. Há um debate sobre a  
961 aquisição do *container*, em que diversas opiniões se apresentam. Ao que o Presidente  
962 JEFERSON DANTAS NAVOLAR lembra que a Comissão apresenta uma alternativa de espaço  
963 imediato para os novos funcionários e que, até a próxima reunião todo o custo de mesmo  
964 deverá estar discriminado. De sua parte, ele propõe a compra de, pelo menos, um *container*,  
965 inclusive pensando nesta utilização futura em eventos. A Conselheira Titular MARGARETH  
966 ZIOLLA MENEZES reitera esta sugestão. Prosseguindo com o relato da Comissão, o



967 Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS coloca a possibilidade de formação de uma  
968 Comissão Temporária do CAU/PR para a organização do CEAU/PR - Colegiado das Entidades  
969 Nacionais dos Arquitetos e Urbanistas - com a recomendação de quatro Conselheiros que já  
970 atuam junto a outras instituições com grande representatividade: Conselheiros Titulares  
971 ANDRÉ LUIZ SELL, IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE, LEANDRO TEIXEIRA COSTA e ORLANDO  
972 BUSARELLO. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR justifica esta indicação, pontuando  
973 que esta Comissão teria responsabilidade de instrumentar o Plenário para instalação do  
974 CEAU. O Conselheiro Titular CARLOS HARDT nota a importância desta constituição,  
975 parabenizando pelas escolhas dos Conselheiros que, do seu ponto de vista, "são pessoas  
976 absolutamente idôneas para discutir, sem corporativismo pessoal, a construção deste  
977 Colegiado". De outro modo, coloca sua preocupação quanto a participação de  
978 representantes de entidades mistas, fato contestado em diversos Estados, pois não há  
979 consenso Nacional a esse respeito. A que o Conselheiro Titular IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE  
980 lembra da época de constituição das chapas para eleições no CAU/PR em que foi colocado  
981 em pauta a criação do CEAU por parte do IAB. Neste sentido, manifesta sua satisfação em  
982 participar agora deste processo, em que o mesmo pode instrumentar-se de "maneira  
983 moderada, pensada, medindo prós e contras para que nós tenhamos uma efetiva  
984 participação do CEAU". Ao que o Conselheiro Titular CARLOS HARDT reitera sua posição de  
985 que gostaria que esta formação viesse a ser a união de entidades puras de Arquitetura e  
986 Urbanista. Pois, a seu ver, quando se entra em uma "disputa corporativista", em que se mede  
987 "forças", toda a classe dos profissionais de área perde. E complementa: "As nossas entidades  
988 precisam continuar tendo voz, e ter voz como consultivo, o CEAU é um órgão consultivo, não  
989 é deliberativo, e as entidades a ele ligadas devem respeitar-se mutuamente, como têm feito  
990 até agora". O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR observa que há, nesta gestão, uma  
991 renovação de 50% (cinquenta por cento) do Plenário, e a construção do CEAU, prevista em  
992 Lei, era, no momento da instalação do CAU, "um antídoto contra a possível interferência do  
993 CREA". E essa perspectiva efetivou-se, cita o Presidente, no primeiro mandato do CAU/SP.  
994 Com a palavra aberta, sem outras manifestações, o Conselheiro Titular BRUNO SOARES  
995 MARTINS mantém a proposta, que consta no Artigo nº61 da legislação do CAU. E, assim  
996 sendo retificado o seu texto, lê-se: "*Proposta de abertura da Comissão Temporária de  
997 criação/instalação do CEAU - Colegiado de Entidades de Arquitetura e Urbanismo, no  
998 Paraná*". Colocado em votação, a instauração da Comissão Temporária para efetivação do  
999 CEAU/PR é aprovada por unanimidade. A seguir, o Conselheiro Titular BRUNO SOARES  
1000 MARTINS informa que será aberta nova licitação para contratação de empresa de vigilância,  
1001 limpeza e conservação, tendo em vista que a atual empresa foi comprada por uma outra, e  
1002 não há interesse de acordo do CAU/PR com a nova empresa. O contrato com a atual  
1003 prestadora de serviços finaliza em 31 de agosto e a previsão é de que, no primeiro dia de  
1004 Setembro, já inicie outra empresa. Com a palavra aberta, sem manifestações, o Presidente  
1005 JEFERSON DANTAS NAVOLAR agradece o relato, passando a palavra à Comissão subsequente.

#### 1006 **2.4 Relato da Comissão de Ética e Disciplina**.....

1007 Com a palavra, o Coordenador da Comissão de Ética e Disciplina, Conselheiro Titular  
1008 LEANDRO TEIXEIRA COSTA passa a relatar sobre a Reunião da Comissão que, na presença da  
1009 Assessora Jurídica, Claudia Cristina Taborda Dudeque, e do Assessor da CED, Augusto Vianna  
1010 Ramos, foram colocados fluxogramas para a padronização da instrução dos processos no  
1011 CAU/PR. A Assessora Jurídica passa, então, a apresentar os fluxogramas, que foram criados  
1012 levando-se em conta as Resoluções do CAU/BR. Relata que o objetivo maior é o



1013 ordenamento dos procedimentos para a manipulação dos processos e que algumas  
1014 modificações foram necessárias para dar mais agilidade à sua prática. De acordo com a  
1015 Assessora, um exemplo é o que acontece na Resolução n° 34 do CAU/BR, visto que ela  
1016 determina que as denúncias devam ser encaminhadas ao Presidente, que em sete dias  
1017 despacha para o Coordenador da CED que, por sua vez, deve fazer a distribuição ao demais  
1018 membros Conselheiros, para relato. Por tal Resolução, quem qualifica a denúncia, se é de  
1019 Ética, é o próprio denunciante que, por comodismo, pode tratar assim todas as matérias,  
1020 para que seu trâmite corra no Conselho, o que evita que a Justiça Comum venha ser acionada  
1021 para dirimir, por exemplo, questões contratuais. E, de acordo com a Assessora, se for  
1022 adotada esta prática da Resolução, o CAU teria que ter o Presidente à disposição para  
1023 despachar as denúncias em tempo integral. E explica o fluxograma: “Nesse primeiro  
1024 fluxograma, de Denúncia Formalizada (ANEXO XVIII), não foi respeitada a letra da Resolução,  
1025 mas houve a busca da praticidade em termos processuais. Inicia-se o processo com parecer  
1026 da Fiscalização, que verificará se estão presentes os requisitos para considerar-se uma  
1027 denúncia válida. Pois a simples alegação que o profissional não atuou da forma como fora  
1028 contratado, não caracteriza uma denúncia, sem que seja passado o nome das partes, dados  
1029 do profissional, os fatos e provas que elucidem a ocorrência. Se atendido os quesitos da  
1030 Resolução encaminha-se para a instrução do processo. A instrução irá determinar qual o  
1031 caminho que seguirá o processo, podendo assumir 3 (três) possibilidades: a primeira se for  
1032 caso de Disciplina e Ética, a segunda se de Exercício Profissional ou será tratado como um  
1033 caso de distrato comercial. Então a instrução será feita pela Fiscalização, mas o juízo de  
1034 admissibilidade somente poderá ser determinado pela Comissão a que for destinada. Se o  
1035 processo, quando da instrução, for caracterizado com quesitos de ética, o processo será  
1036 encaminhado para aquela Comissão. Após o recebimento pela CED (ANEXO XIX) faz-se uma  
1037 tentativa conciliadora e encaminha-se o processo para um Conselheiro, que verificará se é  
1038 caso de produzir um juízo de admissibilidade do fato, faz um relato e comunica aos  
1039 interessados. Se a CED optar em não admitir o processo, ele segue para o arquivamento com  
1040 informação para as partes, caso a parte denunciante deseje contestar a demanda deverá  
1041 abrir novo protocolo, pois para o que estiver arquivado não há previsão de retorno, de  
1042 acordo com a Resolução. A falta de provas determina que o processo corra à revelia e seja  
1043 arquivado. Somente após ter sido admitido o processo, o denunciado tomará conhecimento  
1044 e fará manifestação em sua defesa, instaurando-se aqui o contraditório. O Conselheiro  
1045 relator instrui e fundamenta sua opinião, retornando o processo para o Coordenador da  
1046 Comissão (ANEXO XX), este redistribui, agora a outro Conselheiro que poderá solicitar, ou  
1047 não, provas e diligência o que irá determinar um novo relatório fundamentado, que será  
1048 encaminhado para apreciação da Comissão, que promoverá uma Audiência a qual gerará um  
1049 novo documento e parecer para fundamentar um juízo de valor quanto a indício de falta de  
1050 ética ou ainda pela não presumida falta de ética. Deste ponto, segue para o Julgamento no  
1051 âmbito da Comissão que, se aprovado, emite novo relato fundamentado e encaminha para  
1052 deliberação plenária (ANEXO XXI). Após julgamento pelo Plenária, o processo poderá assumir  
1053 3 (três) condições entre procedente, improcedente ou, solicitação de vistas por um  
1054 Conselheiro. Se procedente, comunicam-se às partes; se houver recurso, será encaminhado  
1055 para o CAU/BR; se não houver recurso, o decurso do prazo leva ao trânsito em julgado, o que  
1056 determina a aplicação de uma das penas previstas na Resolução. Se improcedente, é  
1057 comunicada as partes, se não houve recurso, segue para o arquivamento; se houve  
1058 manifestação recursal, é encaminhado para o CAU/BR. Desses fluxogramas resultaram 27



1059 (vinte e sete) modelos de ofício que deverão ser utilizados, a cada fase, basta preencher os  
1060 quesitos já padronizados, o que deverá facilitar sobremaneira o trabalho de  
1061 encaminhamento do processo”. Após esta explanação, o Coordenador da Comissão de Ética e  
1062 Disciplina agradece o relato e abre para questionamentos. Com a palavra aberta, o  
1063 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR também agradece e pronuncia a falta de  
1064 necessidade de se colocar em votação a matéria, uma vez que não há manifestação Plenária,  
1065 o que caracteriza consenso. Informa, assim, a aprovação deste procedimento padrão, onde  
1066 cada processo deve ser acompanhado de parecer jurídico. A palavra é passada ao  
1067 Conselheiro Titular LEANDRO TEIXEIRA COSTA, que ressalta esta aprovação de procedimento  
1068 a qual determina um padrão que poderá se perpetuar para as novas gestões. Por  
1069 conseguinte, relata, para homologação do Plenário, 07 (sete) processos que, por parecer da  
1070 CED devem ser arquivados, sendo: 1) Processo nº 2011/7-329918-1, denunciante: Severino  
1071 Antônio de Costa /denunciado: Lilian Furlan & CIA LTDA; 2) Processo nº 2011/7-330229-2,  
1072 denunciante: Solange Hessmann / denunciado: Danielle Cristinni Corsato; 3) Processo nº  
1073 2011/7-330319-3, denunciante: Irmãos Braganholo LTDA / denunciado: Denir Gonçalves  
1074 Martins; 4) Processo nº 2011/7-330384-2, denunciante: Marli Terezinha Kurpstein /  
1075 denunciado: Maria Elita Pereira de Souza Curcz; 5) Processo nº 2011/7-327339-0,  
1076 denunciante: Giselle Prix Gemignani / denunciado: Alan Vistochi; 6) Processo nº 2011/7-  
1077 326621-5, denunciante: Pedro Olívio Borrasca / denunciado: Decorart Gesso LTDA-ME; 7)  
1078 Processo nº 2011/7-327985-4, denunciante: Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba /  
1079 denunciado: Cassiana Galante. Tratam-se de processos oriundos do CREA que tinham  
1080 problemas com as ARTs, e que já se encontram resolvidos, havendo necessidade de se  
1081 formalizar o arquivamento. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR, informa, após breve  
1082 discussão sobre o histórico dos processos vindos do CREA, que não se pode mais retardar as  
1083 votações, indagando se o Plenário acompanha o voto de arquivamento da Comissão, o que é  
1084 acordado por todos. O Coordenador da Comissão de Ética e Disciplina agradece a todos que  
1085 colaboraram com o andamento dos trabalhos, possibilitando que fossem assinadas as atas de  
1086 fevereiro até maio que estavam em aberto desta Comissão. Cita que foi imperiosa a  
1087 colaboração do setor Jurídico do CAU/PR, nesta realização. A seguir, solicita que, logo após a  
1088 abertura de um processo, haja o direcionamento para o Coordenador da CED, a fim de  
1089 implantar um controle de movimentação de processos. Isto posto, porque, devido ao  
1090 acúmulo de trabalho na Assessoria Jurídica houve o retardamento em 04 (quatro) processos  
1091 que dependiam de manifestação das partes, o que determina um atraso superior a trinta dias  
1092 para nova deliberação. Sobre o Seminário da CED do CAU/BR, no dia 20 de maio do corrente  
1093 ano, em Natal-RN, apesar da sua ausência, coloca o acompanhamento da pauta através das  
1094 atas e contato com os demais participantes. Assim, comunica ao Plenário uma das ações  
1095 visadas, que é uma campanha Nacional contra a Reserva Técnica - RT, à qual já existe uma  
1096 proposta a ser apresentada no III Seminário, a realizar-se em Goiânia, onde haverá a decisão  
1097 sobre a sua veiculação. A primeira etapa deve objetivar a discussão do problema na  
1098 comunidade dos Arquitetos e Urbanistas, com intuito de mostrar que a RT é uma “mancha”  
1099 na imagem dos profissionais de área. O início desta etapa deve iniciar-se em julho e a  
1100 intenção é mostrar a postura do CAU perante o tema, incluindo-se ao público alvo lojistas e  
1101 profissionais, com a proposta de uma carta aberta, por *e-mail*, indicando que o Conselho  
1102 assume uma posição assertiva contra a Reserva Técnica. O Conselheiro cita que a proposta  
1103 sugere, também, que se conste nos Registros de Responsabilidade Técnica - RRT, mensagem  
1104 indicando que o Arquiteto e Urbanista conhece o Código de Ética e Disciplina do CAU, e tem a





1105 obrigação de cumpri-lo. Nos sites, tanto do CAU Nacional, quanto dos UF, seriam veiculadas  
1106 informações para que a sociedade tome conhecimento sobre o assunto. Em outra etapa, as  
1107 soluções deverão convergir para os vários setores da sociedade. Pretende-se parcerias com  
1108 as instituições do Instituto de Defesa do Consumidor e Procon para explanação do problema,  
1109 e assinatura de acordo de cooperação técnica; e ainda uma ação da Assessoria de  
1110 Comunicação do CAU, estruturando a divulgação do problema, de forma sistemática e séria.  
1111 E, por último, um alerta à sociedade, quanto ao que pode ser feito para combate à Reserva  
1112 Técnica. E explica: “O apelo de *marketing* será o encontro de combinações imperfeitas que  
1113 deverão causar um impacto visual, fazendo alusão de que a imperfeição, não atende a Ética”.  
1114 O Coordenador da CED solicita autorização para participar do III Seminário que deve ocorrer  
1115 em Goiânia, nos dias 02 e 03 de julho de 2015, o que é homologado pelo Plenário. Relata, a  
1116 seguir, sobre o processo de Mangueirinha, que veio transferido da Comissão de Exercício  
1117 Profissional, onde foi meticulosamente estudado, junto à Assessoria Jurídica do CAU/PR, e ao  
1118 qual a Comissão está admitindo a denúncia como falta ética - já adotando o fluxograma do  
1119 CAU/PR. Esclarece, neste ponto, que o Conselheiro designado neste caso, para o parecer do  
1120 processo dentro da CEP, foi o Conselheiro Titular RAFAEL GIMENEZ GONÇALVES. A Comissão  
1121 entende que houve infração gravíssima da profissional neste caso, porém, solicita ainda  
1122 manifestação da Prefeitura local, bem como da Caixa Econômica Federal, pois existe um  
1123 descompasso temporal entre a aprovação de projeto e andamento de obra. Neste sentido,  
1124 pretende-se, no máximo até a próxima Plenária, fazer o julgamento deste processo. Com a  
1125 palavra aberta, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR indaga se há necessidade deste  
1126 adiamento, o que é respondido pelo Coordenador da necessidade da prudência para o caso,  
1127 onde estes ofícios podem ser elucidativos, além de formar embasamento jurídico definitivo.  
1128 O Conselheiro Titular IRÃ JOSÉ TABORDA DUDEQUE, solicita a palavra e comenta: “Eu queria  
1129 parabenizar o colega Conselheiro Leandro pelo articuladíssimo e sensatíssimo discurso. É  
1130 uma alegria saber que dispomos de um colega do seu elevado nível intelectual e  
1131 responsabilidade, quer dizer, todas as partes articuladas. Eu me lembro do fato, eu não fui da  
1132 primeira gestão, mas eu vi, acompanhei alguns relatos éticos da primeira gestão e sempre me  
1133 pareceram confusos, caóticos, sem pé nem cabeça e agora, ao contrário, sensatez e  
1134 articulação. Então, imediatamente o meu apoio irrestrito à sua presença em Goiânia. Parece  
1135 mais que um apoio, uma obviedade”. E, ainda com a palavra, relembra, a seguir, sobre a  
1136 questão da Reserva Técnica no momento da sua posse enquanto Presidente do IAB/PR, onde,  
1137 num discurso no Museu Oscar Niemeyer, justamente num discurso/protesto contra a RT,  
1138 houve o apoio de alguns colegas Arquitetos e Urbanistas, enquanto muitos se posicionaram  
1139 contra. E isso, cita, era apenas uma “abertura” para a discussão deste tema, entre os  
1140 profissionais. O Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS também parabeniza os  
1141 trabalhos referentes ao processo de Mangueirinha, especialmente ao Agente de Fiscalização  
1142 do CAU/PR, Gustavo Linzmayer. Sem outras manifestações, o Presidente JEFERSON DANTAS  
1143 NAVOLAR agradece, encerrando o relato da presente Comissão.....

1144 **2.5 Relato da Comissão de Ensino e Formação** .....

1145 Sobre a matéria da inclusão do Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Segurança do  
1146 Trabalho para cadastro junto ao Conselho (protocolo nº246632/2015), o Conselheiro Titular  
1147 CARLOS HARDT informa que a Comissão optou pelo seu indeferimento temporário (até a  
1148 apresentação de documento requerido pela CEF), visto que a Arquiteta e Urbanista  
1149 solicitante não cumpriu a exigência legal de apresentar o certificado de conclusão do curso -  
1150 apresentou apenas uma declaração de participação no curso, cuja monografia foi aprovada.



1151 E, segundo o parecer da Comissão, o documento não é suficiente para que se possa fazer  
1152 este registro junto à sua atribuição profissional. Neste sentido, a Comissão também solicita  
1153 ao setor específico do CAU/PR que a apresentação de certificados de conclusão de curso  
1154 passe a ser uma exigência para registro de cadastro de qualquer profissional. Com a palavra  
1155 aberta, sem manifestações, o Plenário vota a favor do parecer da CEF, para a pauta em  
1156 questão. A seguir, o Conselheiro Titular CARLOS HARDT discorre sobre uma das deliberações  
1157 do III Fórum Coordenadores de Cursos de Arquitetura e Urbanismo do Paraná, em que foi  
1158 aprovado o I Seminário de Discentes de Cursos de Arquitetura e Urbanismo do Paraná. A  
1159 proposta é que o mesmo se realize junto à data da Reunião Plenária do mês de agosto - dia  
1160 24, segunda-feira. Porém, com a possibilidade de realização no sábado antecedente. Se  
1161 considerada a segunda-feira, comenta o Conselheiro, há de se prever um problema  
1162 operacional, porque, do seu ponto de vista, o encontro deve estender-se por todo o dia.  
1163 Motivo pelo qual a sugestão é que o evento ocorra em um hotel, onde os estudantes possam  
1164 também hospedar-se. Caso se realize no sábado, os ambientes do CAU/PR estão disponíveis,  
1165 o que facilita os procedimentos administrativos do evento. A partir disso, apresenta a pauta  
1166 do Seminário, que consiste em duas palestras na parte da manhã: uma sobre o Conselho e  
1167 sua interação com os Cursos de AU e representações estudantis estaduais; outra que  
1168 apresente as restrições, funções e legislação pertinente a profissão - tema recorrente junto  
1169 aos estudantes - assim como as questões importantes a respeito de escritório modelo e/ou  
1170 empresa júnior. Para o período da tarde, planeja-se uma “mesa redonda”, fundamentada nas  
1171 palestras matinais. Há a perspectiva de se convidar alguns representantes estudantis, tal  
1172 como o Presidente do FeNEA, bem como o Presidente do SindArq/PR - Sindicato dos  
1173 Arquitetos e Urbanistas do Paraná - ex-dirigente de entidade estudantil, enquanto  
1174 mediadores dos debates propostos. Quanto a participação do CAU/PR, além da  
1175 disponibilidade de infraestrutura, a Comissão entende o ideal seria o apoio (passagem,  
1176 traslado, alimentação e hospedagem) a dois acadêmicos por curso. Porém, se considerada a  
1177 recomendação da Comissão de Planejamento e Finanças na contenção de gastos, considera  
1178 um representante por instituição, totalizando, aproximadamente, 32 (trinta e dois)  
1179 convidados. Segundo o Conselheiro, as únicas questões a definir são os nomes dos  
1180 convidados e palestrantes, ao que se intenta o nome do Presidente do Conselho para  
1181 abertura do Seminário. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR propõe que o Seminário  
1182 seja realizado com a mesma formatação do Fórum de Coordenadores de Curso,  
1183 concomitantemente à Reunião das Comissões, segunda a tarde, com evento à noite e, como  
1184 nas reuniões do interior do Estado, estendendo os trabalhos até a Reunião Plenária, terça-  
1185 feira, pela manhã. A iniciativa/organização do Seminário é aprovada pelo Plenário, porém, os  
1186 pormenores da programação ficam pendentes para conclusão na próxima reunião. Com a  
1187 palavra aberta, o Conselheiro Suplente CARLOS DOMINGOS NIGRO fala da importância deste  
1188 evento, subsidiado pelo CAU/PR, visto que os alunos podem debater assuntos concernentes  
1189 à profissão, estendendo a pauta aos Coordenadores de Curso e ao reconhecimento das  
1190 instituições de ensino a qual pertencem. Ao que o Conselheiro Titular CARLOS HARDT  
1191 observa que o convite deve ser enviado via Centro Acadêmico do Curso, exceto em casos  
1192 omissos. Dando sequência à pauta da Comissão, o Conselheiro coloca que o planejamento do  
1193 IV Fórum de Docentes de Arquitetura e Urbanismo do Paraná deve estender-se à Plenária de  
1194 Julho, para reflexão quanto à sua proposta. E explica: “A ideia é que, no próximo boletim da  
1195 Comissão, a ser distribuído aos Coordenadores, e coloque a sugestão de pauta, lembrando  
1196 que em Londrina foi preliminarmente sugerido o Escritório Modelo, estágio supervisionado e



1197 não supervisionado como temas a serem aprofundados”. Sobre o boletim, observa que o  
1198 benefício maior é a troca de informações entre Coordenadores de Curso e que alguns deles  
1199 propõem para o VI Fórum de Coordenadores de Curso de Arquitetura e Urbanismo do Paraná  
1200 - a se realizar em 26 de outubro do corrente ano - a oportunidade, pelo CAU/PR, de  
1201 realização de uma Conferência Magna, de amplitude internacional. Nesse sentido, a  
1202 Assessoria de Comunicação do Conselho Estadual está estudando algumas possibilidades de  
1203 conferencistas que possam apresentar experiências de relevância para os Cursos de AU do  
1204 Paraná. Por último, o Conselheiro pontua a inadimplência dos registros de cursos de AU,  
1205 junto ao SICCAU, para o qual a Comissão de Ensino e Formação se coloca à disposição para a  
1206 oficialização de visitas que possam auxiliar no andamento do processo, diante às IES. O  
1207 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR indaga qual o percentual de Cursos inscritos, ao que  
1208 o Assessor de Comunicação, Antônio Carlos Domingues Silva responde ser de 40% (quarenta  
1209 por cento) o total de Cursos que responderam ao questionário apresentado pela Comissão e,  
1210 em menor escala, aproximadamente 20% a 30 % (vinte a trinta por cento) o percentual de  
1211 Cursos cadastrados. Com a palavra aberta, sem manifestações, o Presidente agradece,  
1212 concluindo o relato da presente Comissão.-----

1213 **2.6 Relato da Comissão de Exercício Profissional.**-----

1214 Sobre o 1º Encontro Temático da CEP-CAU/BR com os CAU/UF, da qual o Conselheiro Titular  
1215 LUIZ EDUARDO BINI GOMES DA SILVA participou em Brasília durante os dias 11 e 12 de  
1216 junho, ele informa a condução do evento pelo Arquiteto e Urbanista Luiz Fernando Donadio  
1217 Janot, Presidente da CEP do CAU/BR, bem como pelo Presidente do CAU/BR, Haroldo  
1218 Pinheiro Villar de Queiroz. Relata que, dentre outras, foram abordados assuntos pertinentes  
1219 a desburocratização do Conselho e o repúdio às atitudes divergentes, com uma solicitação de  
1220 que houvesse coesão e consolidação de ideias entre os CAU/UF e CAU/BR, para o  
1221 fortalecimento do Conselho. Porém, segundo o Conselheiro, este quadro não pôde ser visto  
1222 quando os grupos de trabalho se formaram. Há uma grande diversidade de opiniões,  
1223 especialmente no que concerne às Resoluções trabalhadas - nº 21/2012, nº 22/2012, nº  
1224 51/2013 e nº 91/2014 do CAU/BR (ANEXO XVIII). A Resolução nº 21 e nº 51 foram estudadas  
1225 em termos conceituais, enquanto a Resolução nº 22 e nº 91 foram tratadas de forma técnica.  
1226 O relatório enviado ao CAU Nacional deve ser compilado e retornar ao CAU/PR, em outubro,  
1227 com as solicitações dos grupos elencadas e consideradas. Ao término da reunião, o  
1228 Conselheiro relata a apresentação, pelo CAU Nacional, do material orientado para divulgação  
1229 às Prefeituras. Neste sentido, o discurso de abertura à Comissão de Exercício Profissional do  
1230 CAU/BR foi um convite para que os CAU/UF fortalecessem os três pilares estipulados na  
1231 primeira gestão: a ocupação geopolítica, as condições de funcionamento e os serviços  
1232 compartilhados - SICCAU. No entanto, a “sensação” do Conselheiro e, a seu ver, dos demais  
1233 participantes, era de que as decisões já estavam tomadas à nível Nacional: “Eles pediram  
1234 nossas contribuições, mas o material já estava redigido”. Ainda segundo o Conselheiro, os  
1235 CAU/UF colocam opiniões totalmente divergentes quanto às Resoluções, particularmente a  
1236 Resolução nº 51. Para o mês de outubro há a perspectiva de nova Plenária da CEP, com o  
1237 objetivo de se fazer um *feedback* das contribuições apresentadas. A respeito do material a  
1238 ser divulgado às Prefeituras, o Presidente JEFERSON DNATAS NAVOLAR pondera a  
1239 necessidade de uma Reunião Extraordinária para tratar o tema, visto serem muitas as  
1240 discrepâncias colocadas e as opções de encaminhamento. Ao que o Conselheiro Titular LUIZ  
1241 EDUARDO BINI GOMES DA SILVA concorda, passando ao relato dos quatro processos,  
1242 deliberados na Reunião das Comissões: 02 (dois) deles foram indicados para arquivamento



1243 pela Assessoria Jurídica e setor de Fiscalização do CAU/PR; 01 (um) deve ter a proprietária da  
1244 obra notificada, por falta de profissional responsável; e o último trata de uma nota publicada  
1245 no Jornal de Laranjeiras do Sul, sobre o Dia do Trabalhador, por uma incorporadora de  
1246 construção civil local que afirma: "*Não basta ser apenas arquiteto e projetar sonhos, seja*  
1247 *engenheiro e comece a construí-los. Construir, criar e ser capaz de traduzir o seu desejo é uma*  
1248 *arte*" (ANEXO XXII). Sobre tal, o Conselheiro informa que a Assessoria Jurídica do CAU/PR  
1249 notificou a incorporadora, bem como o jornal da cidade, e que a incorporadora (LDS), em  
1250 questão, também não possui registro, fato pelo qual o setor de já está tomando as devidas  
1251 providências. Apresenta, outrossim, a retratação do Jornal (segundo ANEXO XXIII), em que se  
1252 lê: "*Aos Arquitetos, nossa admiração. O Jornal Correio do Povo do Paraná pede desculpas a*  
1253 *seus eleitores, aos arquitetos, engenheiros e a LDS Incorporadora por um erro gráfico do*  
1254 *próprio jornal no anúncio da LDS Incorporadora, publicado no caderno especial do Dia do*  
1255 *Trabalhador. Em hipótese alguma houve intenção de reduzir a importância e qualquer*  
1256 *categoria profissional. A LDS informa que não compartilha do entendimento da mensagem*".  
1257 Por fim, o Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO acrescenta que há uma recomendação  
1258 da Comissão para que o Conselho faça a verificação da errata, assim como a solicitação de  
1259 que a Assessoria Jurídica do CAU/PR notifique o proprietário da construtora da  
1260 obrigatoriedade do cadastro de RRT de Cargo e Função, para as atribuições de execução de  
1261 obras. Com a palavra aberta, o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR agradece o relato,  
1262 passando a palavra ao Conselheiro Titular CARLOS HARDT.....  
1263 **3 Extrapauta**.....  
1264 O Conselheiro Titular CARLOS HARDT solicita o apoio do CAU/PR - para questões operacionais,  
1265 como *coffee-break*, e similares - para uma conferência aberta, dia 08 de julho, do Arquiteto e  
1266 Urbanista Gareth Doherty - por um convite da ABAP e do programa de pós-graduação de Gestão  
1267 Urbana da PUC/PR. Apresenta um currículo resumido do profissional, ressaltando seu trabalho e  
1268 pesquisa sobre urbanismo ecológico e desafio da prática urbana em relação às artes, ao meio  
1269 ambiente, governo, saúde pública, sociedade e tecnologia da ecologia, no sentido mais amplo. A  
1270 permanência do convidado deve estender-se por dois dias, quando virá ao Brasil no intuito de  
1271 colher material para sua pesquisa acerca do urbanismo informal nas favelas do Rio de Janeiro. Ao  
1272 que o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR expressa a relevância deste tipo de subsídio pelo  
1273 Conselho, solicitando à Assessoria de Comunicação a divulgação do evento entre os membros das  
1274 Câmaras Técnicas do Paraná. Por fim, coloca e votação o apoio, aprovado pelo Plenário.....  
1275 **Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CAU/PR, Arquiteto e Urbanista JEFERSON DANTAS**  
1276 **NAVOLAR agradece aos Conselheiros presentes e, às vinte horas do dia vinte e dois de Junho de**  
1277 **dois mil e quinze, declara encerrada esta Reunião de nº 045 (Sexta de 2015) do CAU/PR.** Para  
1278 constar, eu, Arquiteta e Urbanista MÔNICA DE LACERDA GOMARA, Assistente de Plenária deste  
1279 Conselho, lavro a presente Ata que, depois de lida e aprovada por todo(a)s o(a)s Senhor(a)s  
1280 Conselheiro(a)s do CAU/PR, será rubricada por mim em todas as suas páginas e, ao final, assinada  
1281 por mim e pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.....

JEFERSON DANTAS NAVOLAR  
Presidente do CAU/PR  
CAU A8657-6

MÔNICA DE LACERDA GOMARA  
Assistente de Plenária CAU/PR  
CAU A97504-4

Paulo Roberto Sigwalt – Ad Hoc



- Anexo I - III Seminário Legislativo de Arquitetura e Urbanismo;
- Anexo II - Estatística sobre CAU, que notificaram Prefeituras sobre atribuições de Arquiteto e Urbanista;
- Anexo III - Publicação na revista Casa Cor;
- Anexo IV - Informe publicitário Revista Haus;
- Anexo V - Ofício nº 0281/2015 – Proposta de compra imóvel Axelrud;
- Anexo VI - Resumo da avaliação realizada CVI, casa onde está a Sede Atual;
- Anexo VII - Resumo da avaliação realizada CVI, casa Axelrud;
- Anexo VIII - Resposta a proposta do Ofício 0281/2015, define interesse;
- Anexo IX - Ofício 0398/2015 – Contra proposta à carta de 24/05/2015;
- Anexo X - Resposta a proposta do Ofício 0398/2015, define interesse;
- Anexo XI - Quadro de Evolução receitas 2014X2015;
- Anexo XIII - Balancete;
- Anexo XIV - Demonstrações Financeiras do 1º Trimestre do exercício de 2015;
- Anexo XV - Ata da COA 2015;
- Anexo XVI - Relatório Mensal do Atendimento;
- Anexo XVII - Proposta para compra de Container;
- Anexo XVIII - Fluxograma de Denúncia Formalizada;
- Anexo XIX - Fluxograma Comissão de Ética e Disciplina;
- Anexo XX - Fluxograma na comissão de Ética e Disciplina – CED;
- Anexo XXI - Fluxograma no Plenário;
- Anexo XXII - "*Não basta ser apenas arquiteto e projetar sonhos, seja engenheiro e comece a construí-los. Construir, criar e ser capaz de traduzir o seu desejo é uma arte*"
- Anexo XXIII - retratação do Jornal.
- Anexo XXIV – Carta/Relato do Conselheiro Federal Suplente JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO, referente ao evento ocorrido em Santa Cruz de La Sierra - Bolívia (linhas 676 a 688).